JBS S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2012 e 2011

Relatório da Administração 2012

Senhores Clientes e Acionistas, a Administração da JBS S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, com o parecer dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Prezados senhores,

O ano de 2012 foi um período de significativas melhoras para a JBS. Transformamos o prejuízo de R$75,7 milhões de 2011 em um lucro líquido ajustado de R$1,26 bilhão no ano passado. Mesmo com o crescimento aquém do esperado da economia brasileira, os desafios ainda enfrentados pela Europa, a recuperação em curso da economia nos Estados Unidos e a forte valorização dos preços dos grãos decorrente de uma das maiores secas já registradas no território Americano, apresentamos em 2012 um Ebitda consolidado de R$4,4 bilhões, resultado esse que supera em 40% o desempenho do ano anterior.

Sem dúvida, os resultados financeiros de 2012 foram positivos, mas é importante destacar o desempenho operacional de nossos negócios e também o processo de consolidação realizado pela Companhia após anos de crescimento expressivo. Dedicamos o ano passado a fazer ajustes em nossa estrutura, em nossos processos, em bater metas e melhorar indicadores internos. Praticamente todos os indicadores de desempenho apresentaram melhoras significativas em relação aos nossos próprios números, como também em relação ao mercado como um todo.

Ao fim de 2012, quando olhamos para trás, vemos que conseguimos entregar aquilo que foi prometido. Prometemos consolidar nosso crescimento e o fizemos; prometemos aumentar nosso negócio de carne bovina no Brasil e aumentamos; dissemos que reduziríamos o custo de nossa dívida e da nossa alavancagem e também fizemos. Ou seja, ao longo dos últimos anos fomos capazes de crescer, gerenciar uma grande operação e agora estamos em um momento de gerar cada vez mais valor aos nossos acionistas.

Outro ponto que vale a pena ser destacado diz respeito à sustentabilidade. Dentro da área de relações institucionais da Companhia, criamos uma diretoria dedicada exclusivamente a esse tema. A equipe tem feito um importante trabalho junto aos mais diferentes públicos no sentido de demonstrar o comprometimento da JBS com os aspectos socioambientais e com o bem estar da comunidade. Uma grande realização de 2012 foi a publicação de nosso primeiro inventário global de emissões de gases do efeito estufa. Já fazíamos esse levantamento no Brasil desde 2009, mas ele foi expandido e, a partir de agora, será considerada a análise global das emissões da Companhia. Essa avaliação mais abrangente nos dá uma base sólida para darmos o próximo passo na direção do estabelecimento de estratégias e metas de redução.

Tudo o que conquistamos ao longo de nossa história e no ano passado, bem como tudo o que ainda está por vir não pode ser atribuído a uma pessoa. O crescimento da Companhia e a posição de destaque conquistada no mercado global é o resultado de um trabalho conjunto, realizado dia após dia por todo nosso time. Essa sólida equipe segue os direcionamentos apontados por nosso Conselho de Administração, composto por conselheiros engajados e comprometidos com o sucesso da Companhia, juntamente com comitês que oferecem o suporte necessário ao desenvolvimento de nossas estratégias.

Iniciamos o ano de 2013 com uma estrutura sólida e bem posicionada para continuarmos galgando melhores resultados em nosso negócio de forma consistente. Estamos confiantes na recuperação e em um crescimento mais robusto das economias americana e brasileira. Vemos no Brasil um grande potencial de crescimento e ainda boas oportunidades pela frente para o avanço do nosso negócio. O consumo de proteínas pelo mundo segue em alta e as perspectivas permanecem positivas com um número cada vez maior de pessoas podendo aproveitar o benefício de uma alimentação mais rica.

Para este ano, temos como objetivo aprimorar nossos indicadores financeiros, continuar o processo de melhoria do perfil de nossa dívida e de redução de nossa alavancagem. Queremos aumentar ainda mais a geração de caixa, pagar dividendos, seguir com a profissionalização da Companhia e continuar a entregar ao mercado aquilo que o mercado espera de nós: resultados cada vez mais sólidos e consistentes.

Wesley Batista

Presidente Global da JBS

Perfil Corporativo

A JBS é a líder mundial em produção de proteína animal e a maior multinacional privada de origem brasileira. Com receita líquida de R$76 bilhões em 2012, a companhia possui plataformas de produção e exportação de carnes no Brasil, nos Estados Unidos, na Austrália, no Canadá, no México, no Paraguai, no Uruguai e na Argentina. Sua presença estende-se ainda à Europa, Ásia e África, por meio de escritórios comerciais e centros de distribuição. As 307 unidades produtivas da JBS empregam mais de 140 mil pessoas em cinco continentes.

No final de 2012, a capacidade total de abate da companhia chegou a 81,4 mil cabeças de bovinos, 18,3 mil unidades de ovinos, 8,3 milhões de frangos e 50,1 mil cabeças de suínos por dia. A empresa é a única do setor que opera diretamente nos três principais países produtores do mundo (Brasil, Estados Unidos e Austrália) e que possui participações relevantes simultaneamente nos mercados globais de carne bovina, ovina (dos quais é líder mundial), de frango (segunda maior do mundo) e suína (terceira colocada no mercado norte-americano). A JBS também é a maior processadora de couros do mundo, com plantas no Brasil, nos Estados Unidos, na China e na Austrália e capacidade de produção de 86,3 mil peles por dia.

A distribuição geográfica privilegiada permite à JBS atingir consumidores em mais de 150 países. Além da oferta de carnes in natura, a empresa atua em segmentos de alto valor agregado com algumas das principais marcas no mundo, tais como Friboi, (Brasil), Swift (Brasil, EUA e Argentina), Pilgrim's Pride e Gold Kist (EUA). Em 2011, a companhia investiu em uma campanha publicitária de grande visibilidade para popularizar a marca Friboi no Brasil.

A empresa tem como objetivos principais a excelência operacional e a busca permanente pelas melhores margens nos diversos mercados em que atua, sempre com total observância das melhores práticas socioambientais. A JBS foi a primeira do setor de carnes a abrir seu capital no Brasil, em 2007, e é administrada sob as regras de governança corporativa estabelecidas pelo Novo Mercado da BM&FBovespa. O Conselho de Administração, formado por 11 pessoas, participa ativamente das tomadas de decisões da JBS.

Seus negócios estão divididos em quatro unidades:

✓ **JBS Mercosul:** engloba as operações de carne bovina, couro e aves nos países da região. A receita líquida da divisão chegou a R$18,0 bilhões em 2012, com margem EBTIDA de 13,7%. A capacidade de abate de bovinos das 55 unidades produtivas no Mercosul é de 56,3 mil cabeças/dia. Em 2009, a JBS incorporou as operações do frigorífico Bertin e consolidou sua posição de liderança no Mercosul.

Na área de Novos Negócios, a divisão mantém operações nos setores de envoltórios (tripas utilizadas na produção de embutidos), transportes, sebo (como matéria-prima para a indústria de cosméticos), biodiesel (na produção de combustível a partir de sebo ou soja), latas, colágeno (por meio da subsidiária NovaProm), ambiental (com a prestação de serviços de tratamento de resíduos industriais para o setor de carnes) e de comércio internacional (trading). O negócio de laticínios passou a ser independente das operações da JBS após a oferta pública de permuta de ações, realizada no início de 2012. Neste mesmo ano, a JBS arrendou as operações de frango da Doux Frangosul, que passou a se chamar JBS Frangosul, com uma capacidade de abate de 1,1 milhões de frangos por dia.

✓ **JBS USA Bovinos:** a unidade de negócios é responsável pela gestão dos negócios de bovinos e ovinos nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Atualmente opera 20 unidades de abates, 18 confinamentos e 20 centros de distribuição nos três países. Em 2012, a receita líquida foi de US$17,5 bilhões, com margem EBITDA de 1,3%. A divisão foi criada em 2007, com a aquisição dos ativos da Swift Foods (nos Estados Unidos e na Austrália), da Smithfield Beef, da SB Holding (ambas norte-americanas), da Tasman, da Rockdale Beef e da Tatiara Meet (todas australianas) e em 2012, cresceu após a companhia ter adquirido a XL Foods, no Canadá. A unidade australiana exporta cerca de 80% de sua produção, principalmente para países asiáticos e europeus.

✓ **JBS USA Suínos:** a unidade de negócios atua com três unidades de abate de suínos e uma unidade de processamento industrial nos Estados Unidos. A operação, formada com a aquisição da Swift Foods em 2007, registrou receita líquida de US$3,5 bilhões em 2012, com margem EBITDA de 5,4%. As exportações para a China e outros países asiáticos representam cerca de 20% das vendas desse negócio.

✓ **JBS USA Frangos:** a unidade de negócios, nascida em 2009 por meio da aquisição do controle acionário da Pilgrim's Pride, é formada por 31 unidades de abate nos Estados Unidos, três no México e um em Porto Rico. Com capacidade de produção de 7,3 milhões de aves por dia, obteve receita líquida de US$8,1 bilhões em 2012 e margem EBITDA de 5,0%, o que mostra a forte recuperação do setor frente à crise enfrentada em 2011.

Conjuntura Econômica

O ano de 2012 foi marcado por uma série de acontecimentos políticos e econômicos que impactaram o comércio e o crescimento econômico global, com destaque para a crise na Zona do Euro, o crescimento modesto da economia americana, a inflação e o ritmo lento da economia no Brasil.

Os Estados Unidos registraram um crescimento de 2,2% no seu PIB, com um crescimento de 1,9% no consumo e uma aceleração do crescimento em investimento privado de 5,2% em 2011 a 9,6% em 2012. Dentro do investimento privado, o setor imobiliário residencial teve o melhor desempenho com um crescimento de 12,1%. A diminuição dos gastos do governo (-1,7%) contribuiu para moderar o ritmo da expansão econômica, com uma redução substancial nos gastos de defesa (-3.1%).

Ademais, o país enfrentou a pior seca dos últimos 50 anos. Essa seca devastou sua produção agrícola e o que era para ter sido um ano de grandes colheitas, acabou sendo um ano de extrema escassez. O preço do milho e da soja, dois dos principais insumos de criadores de frango e de confinadores de bovinos, dispararam, aumentando os custos de produção do setor. Porém, a reação foi rápida e a indústria diminuiu a produção e por consequência a oferta de produtos, conseguindo mostrar ao mercado margens positivas ao final do ano de 2012. Para 2013 a expectativa é de um crescimento moderado nos Estados Unidos (entre 1,7% e 2,4%), com uma aceleração em 2014, acima de 2,5%.

Segundo o relatório *Flow of Funds* publicado em março de 2013, o balanço das famílias americanas melhorou substancialmente em 2012. As famílias estão menos endividadas e os preços de seus ativos estão subindo, o que favorece a recuperação do crescimento do país. Ademais, o FED realizou avaliações positivas quanto ao crescimento da economia americana, destacando a melhora do consumo, mesmo com o alto nível de desemprego.

De acordo com o Relatório do Banco Central Europeu (ECB), o PIB da Zona do Euro registrou uma contração de 0,5% em 2012. A redução da atividade foi generalizada, com consumo e investimentos recuando 1,2% e 4%, respectivamente. O PIB recuou em 2012 em quase todos os países da Zona do Euro, exceto na Alemanha (+0,9%) e Irlanda (+0,7%). Grécia e Portugal sofreram as maiores quedas, de 6,4% e 3,2%, respectivamente. Segundo as projeções do ECB, o PIB da Zona do Euro continuará em queda durante 2013 (entre 0,9% e -0,1%), devendo se recuperar a partir de 2014. Neste ambiente, a taxa de desemprego atingiu 11,8% em dezembro do ano passado, passando para 11,9% em janeiro de 2013.

Na China, as importações sofreram uma desaceleração de 15% em fevereiro de 2013, comparado a uma alta de 40% no mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a variação trimestral anualizada do PIB atingiu 9,1% no trimestre encerrado em setembro. Sinalizando que a economia chinesa aparentemente atingiu uma região de estabilidade em termos de taxas de crescimento, ocorreram, em novembro, elevações interanuais nos investimentos em ativos fixos, 20,7%; nas vendas do varejo, 14,9%; e na produção industrial, 10,1%. O crescimento em 2012 foi de 7,5%, valor acima da meta do governo e espera-se que essa taxa de crescimento se mantenha estável neste patamar em 2013.

O IBGE divulgou recentemente que no ano de 2012 o Brasil registrou um modesto crescimento no seu Produto Interno Bruto (PIB), de 0,9%. Segundo o ministro da Fazenda, o resultado foi influenciado pelo desempenho da agropecuária (-2,3%), que por sua vez, foi impactado tanto pela seca no Brasil quanto nos Estados Unidos. Por outro lado, o cenário econômico brasileiro no ano de 2012 também foi marcado pelo menor nível de desemprego dos últimos 10 anos e pela menor taxa de juros da história. A taxa de desemprego registrada em dezembro de 2012 foi de 4,6% (IBGE), enquanto a SELIC encerrou o ano cotada a 7,25%. Além disso, alguns setores, como o de Frangos e de Suínos, foram beneficiados pela desoneração da folha de pagamento, que foi recentemente ampliada a outras atividades. É válido ressaltar que uma baixa taxa de desemprego pode ser um fator favorável ao consumo de proteínas, já que a renda permite ao brasileiro investir em uma dieta mais rica.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), o crescimento das vendas nominais da indústria de alimentos em 2012, que corresponde a 9% do PIB, foi de 11,3%. As vendas nominais de derivados de carne registraram um aumento de 9,8%. Quanto às exportações, houve crescimento de 15% no volume de carne in natura embarcado entre janeiro e dezembro comparativamente ao mesmo período de 2011, o que corresponde a quase 945 mil toneladas em 2012. Considerando os industrializados, as exportações de carne bovina atingiram 1,24 milhão de toneladas no ano passado, 13,3% acima de 2011. A receita foi US$5,8 bilhões no período, o que representa um acréscimo de 7,3%. Egito, Hong Kong e Chile foram os principais destaques. As exportações brasileiras de carne de frango atingiram 3,9 milhões de toneladas em 2012, 0,6% a menos que 2011. A receita foi de US$7,7 bilhões, 6,7% abaixo do valor registrado no ano anterior. Os volumes exportados à África apresentaram o maior crescimento, 20,1%, ou 100,1 mil toneladas comparativamente a 2011.

Em termos macroeconômicos, a JBS enxerga com otimismo a recuperação dos Estados Unidos e um crescimento mais robusto da economia do Brasil. A Companhia vê no mercado brasileiro um grande potencial de crescimento e ainda boas oportunidades pela frente para o avanço do seu negócio. O consumo de proteínas pelo mundo segue em alta e as perspectivas permanecem positivas com um número cada vez maior de pessoas podendo aproveitar o benefício de uma alimentação mais rica.

(Fonte: JBS, ABIA, BACEN, BEA, CEPEA, ECB, Flow of Funds, HSBC, IBGE, e SECEX.)

Análise dos Resultados Consolidados

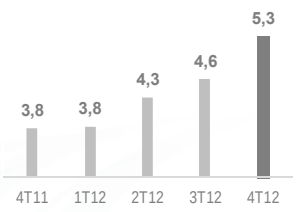
Análise dos Principais Indicadores Financeiros da JBS por Unidade de Negócio (em moeda local)

		4T12	3T12	Δ%	4T11	Δ%	2012	2011	Δ%
Receita líquida									
JBS USA Carne Bovina	US$	4.856,0	4.275,9	13,6%	4.491,6	8,1%	17.477,6	16.459,6	6,2%
JBS USA Carne Suína	US$	955,5	846,1	12,9%	923,1	3,5%	3.501,1	3.472,6	0,8%
JBS USA Frango	US$	2.189,7	2.068,5	5,9%	1.829,3	19,7%	8.121,4	7.535,7	7,8%
JBS Mercosul	R$	5.270,2	4.597,8	14,6%	3.800,5	38,7%	18.013,1	14.926,6	20,7%
EBITDA									
JBS USA Carne Bovina	US$	103,3	175,1	-41,0%	223,6	-53,8%	223,9	739,1	-69,7%
JBS USA Carne Suína	US$	42,7	40,4	5,6%	77,0	-44,5%	188,1	338,2	-44,4%
JBS USA Frango	US$	67,4	105,6	-36,2%	22,6	198,2%	402,6	-149,8	-
JBS Mercosul	R$	664,8	665,6	-0,1%	407,7	63,1%	2.469,2	1.597,6	54,6%
Margem EBITDA									
JBS USA Carne Bovina	%	2,1%	4,1%	-	5,0%	-	1,3%	4,5%	-
JBS USA Carne Suína	%	4,5%	4,8%	-	8,3%	-	5,4%	9,7%	-
JBS USA Frango	%	3,1%	5,1%	-	1,2%	-	5,0%	-2,0%	-
JBS Mercosul	%	12,6%	14,5%	-	10,7%	-	13,7%	10,7%	-

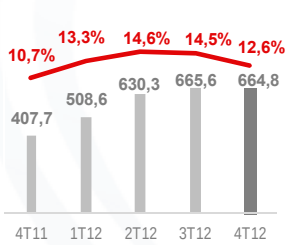
Desempenho por Unidade de Negócio

JBS Mercosul

Receita Líquida (R$ bilhões)

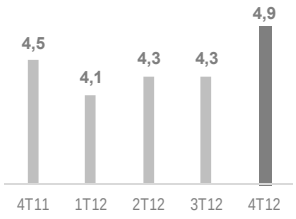


EBITDA (R$ milhões)

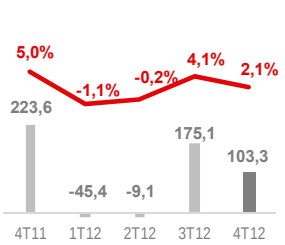


JBS USA (Incluindo Austrália)

Receita Líquida (US$ bilhões)

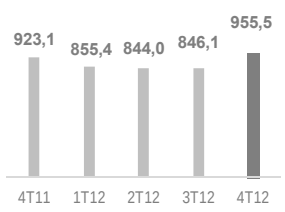


EBITDA (US$ milhões)

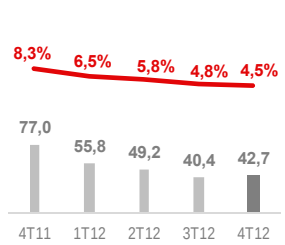


JBS USA

Receita Líquida (US$ milhões)

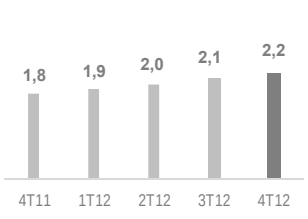


EBITDA (US$ milhões)

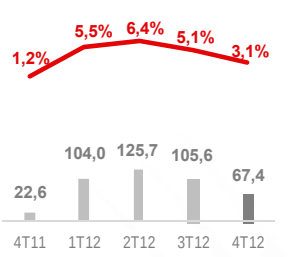


JBS USA (PPC)

Receita Líquida (US$ bilhões)



EBITDA (US$ milhões)



Margem EBITDA (%)

Análise dos Resultados Consolidados

Análise Consolidada dos principais indicadores operacionais da JBS

R$ milhões	4T12	3T12	Δ%	4T11	Δ%	2012	2011	Δ%
Receita líquida	**21.850,7**	**19.366,6**	**12,8%**	**16.934,5**	**29,0%**	**75.696,7**	**61.796,8**	**22,5%**
Custo dos produtos vendidos	(19.409,5)	(16.889,4)	14,9%	(15.040,0)	29,1%	(67.006,9)	(55.100,2)	21,6%
Lucro bruto	**2.441,3**	**2.477,2**	**-1,5%**	**1.894,5**	**28,9%**	**8.689,8**	**6.696,6**	**29,8%**
Margem Bruta	11,2%	12,8%	-12,7%	11,2%	-0,1%	11,5%	10,8%	-
Despesas com vendas	(1.129,0)	(999,9)	12,9%	(839,3)	34,5%	(3.877,7)	(3.144,1)	23,3%
Despesas adm. e gerais	(594,6)	(516,1)	15,2%	(491,4)	21,0%	(2.057,4)	(1.739,2)	18,3%
Resultado financeiro líquido	(374,4)	(418,7)	-10,6%	(549,2)	-31,8%	(1.338,2)	(2.010,7)	-33,4%
Outras receitas (despesas)	(43,2)	(0,9)	-	(22,4)	92,5%	(34,2)	(32,7)	4,6%
Resultado operacional	**300,1**	**541,6**	**-44,6%**	**(7,9)**	**-**	**1.382,3**	**(230,1)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social	(237,9)	(155,0)	53,5%	(15,3)	1454,9%	(619,4)	(92,8)	567,6%
Participação dos acionistas não controladores	4,2	(19,6)	-	48,7	-91,4%	(44,0)	247,2	-
Lucro líquido/prejuízo	**66,4**	**367,0**	**-81,9%**	**25,6**	**159,7%**	**718,9**	**(75,7)**	-
Lucro líquido/prejuízo ajustado(1)	**310,4**	**495,4**	**-37,3%**	**25,6**	**1112,6%**	**1.259,0**	**(75,7)**	-
EBITDA	**1.170,9**	**1.378,8**	**-15,1%**	**940,6**	**24,5%**	**4.410,3**	**3.151,0**	**40,0%**
Margem EBITDA	5,4%	7,1%	-	5,6%	-	5,8%	5,1%	-
Lucro Liquido/prejuizo por ação	**0,02**	**0,13**	**-81,3%**	**0,01**	**123,3%**	**0,25**	**(0,03)**	**-**

(1) Desconsiderando a parcela do imposto de renda diferido passivo que se refere ao ágio gerado na controladora.

Número de Cabeças Abatidas e Volume Vendido

	4T12	3T12	Δ%	4T11	Δ%	2012	2011	Δ%
Cabeças abatidas (milhares)								
Bovinos	4.397,1	4.057,1	8,4%	3.625,7	21,3%	16.359,3	15.088,9	8,4%
Suínos	3.926,3	3.302,5	18,9%	3.651,9	7,5%	13.683,2	13.132,2	4,2%
Animais de pequeno porte*	1.230,7	978,9	25,7%	894,7	37,6%	4.041,9	3.198,3	26,4%
Volume Vendido (mil tons)**								
Mercado Doméstico	**1.883,0**	**1.663,6**	**13,2%**	**1.679,5**	**12,1%**	**6.976,5**	**6.642,5**	**5,0%**
Carne In Natura	1.666,5	1.446,5	15,2%	1.423,2	17,1%	6.009,9	5.587,9	7,6%
Industrializado	51,0	53,5	-4,7%	35,9	42,0%	175,0	139,2	25,7%
Outros	165,6	163,6	1,2%	220,4	-24,9%	791,6	915,4	-13,5%
Mercado Externo	**625,2**	**556,8**	**12,3%**	**502,9**	**24,3%**	**2.147,5**	**2.055,4**	**4,5%**
Carne In Natura	587,6	518,9	13,3%	472,4	24,4%	2.004,5	1.865,5	7,5%
Industrializado	19,2	19,5	-1,6%	14,4	33,4%	69,2	70,7	-2,1%
Outros	18,3	18,4	-0,3%	16,1	14,0%	73,7	119,2	-38,1%
TOTAL	**2.508,2**	**2.220,4**	**13,0%**	**2.182,4**	**14,9%**	**9.124,0**	**8.697,9**	**4,9%**

*Não inclui aves.
**Não inclui aves USA.

Resultados Consolidados

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da JBS em 2012 totalizou R$75.696,7 milhões, expansão de R$13.899,9 milhões, ou 22,5% superior a 2011. A expansão da receita se deu, principalmente, em decorrência do aumento do volume vendido de carne bovina e do início da operação de aves durante 2012, ambos no Brasil, além do aumento de preços de carne bovina e de aves nos Estados Unidos.

Em 2012, aproximadamente 75% das vendas globais da JBS foram realizadas nos mercados domésticos em que a Companhia atua e 25% por meio de exportações.

No 4T12 a receita da Companhia foi de R$21.850,7 milhões, 29,0% superior ao mesmo período de 2011 e 12,8% maior em comparação ao 3T12.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA de 2012 foi de R$4.410,3 milhões, um aumento de 40,0% sobre 2011. O resultado reflete a melhora do desempenho das unidades no Mercosul e de frangos na América do Norte.

No trimestre, o EBITDA totalizou R$1.170,9 milhão, uma redução de 15,1% em comparação ao 3T12 e expansão de 24,5% em relação ao 4T11. A margem EBITDA foi de 5,4% no 4T12.

Demonstração da apuração do indicador EBITDA (milhares de reais) (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**1.256.588**	(160.407)	**1.382.286**	(230.108)
Resultado financeiro líquido	**1.082.690**	1.468.238	**1.338.243**	2.010.728
Depreciação e amortização	**435.920**	436.501	**1.613.710**	1.291.411
Resultado de equivalência patrimonial	**(385.040)**	(113.264)	**(836)**	-
Restruturação, reorganização e doações e ganho em compra vantajosa	**-**	-	**66.033**	68.592
Indenização	**-**	-	**10.895**	10.382
VALOR EBITDA	**2.390.158**	**1.631.068**	**4.410.331**	**3.151.005**

Lucro Líquido

O lucro líquido ajustado em 2012 foi de R$1.259,0 milhão, desconsiderando a parcela do imposto de renda diferido passivo, que se refere ao ágio gerado na controladora. Esse imposto é uma provisão que somente será pago se a Companhia alienar o investimento relacionado. O lucro líquido reportado no período foi de R$718,9 milhões, R$0,25 por ação.

O lucro líquido ajustado no 4T12 foi de R$310,4 milhões, enquanto o lucro líquido reportado no período foi de R$66,4 milhões.

Dividendos

O montante proposto para distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia relativo ao ano de 2012 é de R$170,7 milhões, a ser submetido à Assembleia Geral dos Acionistas para aprovação.

Geração de Caixa

A Companhia encerrou 2012 com uma geração de caixa operacional, antes de investimentos, da ordem de R$1.472,3 milhão. A geração de caixa operacional no 4T12 foi de R$795,9 milhões, com geração de caixa livre (após investimentos) de R$305,4 milhões.

Dispêndio de Capital

Em 2012, o valor total dos dispêndios de capital da JBS em bens, indústria e equipamentos foi de R$1.619,4 milhão. No 4T12, esse valor foi de R$473,8 milhões. Os principais investimentos foram concentrados na melhoria da produtividade das unidades, na expansão das operações no Mercosul e no aumento da capacidade de armazenamento e distribuição da Companhia em todas as regiões.

Endividamento

A relação dívida líquida / EBITDA da JBS caiu para 3,4x ao final de 2012, reduzindo de 4,3x no 2T12 e de 3,7x no 3T12. Esta redução da alavancagem é resultado da geração de caixa livre de R$305,4 milhões no trimestre e do aumento do EBITDA nos últimos doze meses.

Endividamento (continuação)

A melhora na alavancagem reflete o comprometimento da Administração na gestão do capital de giro, redução do custo da dívida e do aumento da eficiência operacional.

R$ milhões	31/12/12	30/09/12	Var.%
Dívida bruta	**20.488,9**	**20.284,5**	**1,0%**
(+) Curto prazo	6.098,9	5.512,4	10,6%
(+) Longo prazo	14.390,0	14.772,1	-2,6%
(-) Disponibilidades	**5.383,1**	**5.040,7**	**6,8%**
Dívida líquida	**15.105,9**	**15.243,9**	**-0,9%**
Dívida líquida/EBITDA(1)	**3,43x**	**3,68x**	

(1) Cotação do dólar do último dia do período

Posição de Caixa

A Companhia encerrou o trimestre com R$5.383,1 milhões em caixa, equivalente a 90% da dívida de curto prazo, aproximadamente. Além das disponibilidades em caixa, a JBS possui linhas contratadas nos EUA com disponibilidade de US$1,2 bilhão, o que demonstra uma liquidez confortável.

A porcentagem da dívida de Curto Prazo (CP) em relação à dívida total passou de 27% no 3T12 para 30% no 4T12. Em janeiro de 2013, a Companhia concluiu a emissão de US$500,0 milhões em Notas com vencimento em 2023 e yield de 6,5% a.a., o que irá contribuir para reduzir o custo da dívida consolidada e melhorar o cronograma de amortização das dívidas.

Investimentos em Controladas e Coligadas

Em maio de 2012, a JBS passou a atuar no setor de frangos no Brasil, por meio do arrendamento da unidade de frangos da Doux Frangosul, com uma capacidade de abate de 1,1 milhão de frangos por dia. Pelo acordo firmado, a JBS não assumiu nenhuma pendência, encargo, constrição, penhora e impedimentos de qualquer outra natureza. Trata-se de um contrato de locação de ativos, pelos quais a JBS opera. A JBS contratou todos os funcionários pertencentes à Frangosul e deu continuidade a todos os contratos com os integrados e terceiros prestadores de serviço.

Com a operação brasileira de frango, a JBS elevou em mais de 15% sua capacidade de produção no mundo, que passou a ser de aproximadamente 9 milhões de aves por dia. No Brasil, as operações estão distribuídas em importantes estados produtores de grãos e de frango e se agregaram às unidades existentes em 12 estados americanos, no México e em Porto Rico, onde a JBS já possui um dos maiores parques fabris do mundo nesse segmento.

Em junho de 2012, a JBS realizou uma Oferta Pública de Ações ordinárias de emissão da própria JBS, mediante a permuta por ações de emissão de sua subsidiária integral Vigor Alimentos S.A. (“Vigor”), única acionista da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (“Vigor Subsidiária”), nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 (“Instrução CVM 361”).

A Oferta foi voluntária e estruturada de forma a garantir a todos os acionistas da JBS o direito de obter, proporcionalmente, na Vigor, como nova companhia aberta, a mesma participação que detinham na JBS, ou então, preservar o número de ações da JBS que possuíam.

A Vigor passou a concentrar as atividades no setor de consumo e seus papéis passaram a ser admitidos e negociados no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

A administração da JBS considerou que, por ser a Vigor sua subsidiária integral e não uma sociedade independente, o mercado não conseguia perceber seu real valor no escopo de ativos da JBS. Além disso, a indústria de lácteos costuma ter múltiplos de negociação superiores aos da indústria de processamento de carnes. Por esses motivos, a JBS entendeu que a realização da Oferta traria valor à totalidade de seus acionistas.

Em outubro de 2012, a JBS USA assinou um acordo para administrar e operar ativos da XL Foods no Canadá. Esse acordo previa ainda uma opção de compra exclusiva desses ativos e também dos ativos que a XL Foods possui nos Estados Unidos.

A opção de compra dos ativos da XL Foods no Canadá foi exercida em 14 de janeiro de 2013. A Companhia aguarda a revisão das autoridades regulatórias dos Estados Unidos neste caso, sendo que as unidades americanas continuam sendo operadas pela XL Foods até o exercício da opção de compra.

O Canadá é uma das 10 maiores nações produtoras de carne bovina, sendo o sexto maior exportador mundial. Com essa aquisição, a JBS USA aproveitará sinergias em SG&A, além da possibilidade de ampliar suas exportações a partir da América do Norte e ter um significativo aumento de capacidade na região.

Eventos Societários

Conforme mencionado acima, a JBS realizou, no primeiro semestre de 2012, uma Oferta Pública Voluntária de Permuta de Ações (“Oferta”) para aquisição de ações ordinárias de emissão da própria JBS, mediante a permuta por ações de emissão da Vigor.

Em relação à Oferta, os seguintes eventos societários ocorreram: em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de abril de 2012, foi aprovada a relação de permuta da Oferta em 1 ação ordinária de emissão da JBS por 1 ação ordinária de emissão da Vigor, sendo que o preço de cada ação de emissão da JBS objeto da Oferta foi de R$ 7,96.

O valor da totalidade de ações de emissão da Vigor para fins da Oferta aprovado foi R$ 1.191.726.194,16, tendo como parâmetro os valores apresentados no laudo de avaliação da Vigor Alimentos elaborado pelo Banco Bradesco BBI S.A. O número total de ações de emissão da JBS objeto da Oferta foi de 149.714.346 ações ordinárias. Após a realização da Oferta, o capital social da JBS era dividido em 2.963.924.296 ações ordinárias, das quais 117.800.183 ações ordinárias estavam em tesouraria.

Nos termos da Oferta, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2012, foi aprovado o cancelamento de 20.280.288 ações ordinárias de emissão da JBS que estavam em tesouraria. Desta forma, após tal cancelamento de ações, o capital social da JBS passou a ser dividido em 2.943.664.008 ações ordinárias, das quais, em 31 de dezembro de 2012, 97.519.895 ações ordinárias estavam em tesouraria.

Em dezembro de 2012, a JBS realizou a incorporação de sua subsidiária integral Cascavel Couros Ltda. A incorporação, que não resultou em aumento de capital social da JBS, visou simplificar a estrutura societária da JBS, resultando em diminuição de custos operacionais, em uma administração mais eficiente e, consequentemente, em ganhos significativos para a JBS.

Composição do Capital em 31/12/2012

Acionistas	Nº de Ações	%
Acionista Controlador (FB Participações SA e outros)	1.294.186.864	43,97%
Ações em Tesouraria	97.519.895	3,31%
Ações em circulação		
- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	584.417.512	19,85%
- Caixa Econômica Federal	296.392.500	10,07%
- Minoritários	671.127.237	22,80%
Total das ações em circulação	1.551.937.249	52,72%
TOTAL	**2.943.644.008**	**100,00%**

Capital Humano

A JBS conta com uma força de trabalho global e diversificada, respeitando as diferenças entre os colaboradores e não fazendo distinção de idade, raça, religião ou orientação sexual. As decisões relativas aos seus colaboradores são baseadas na meritocracia.

A Companhia oferece aos seus colaboradores um programa de iniciação que inclui os valores, a missão e os princípios da companhia. O programa de treinamento abrange áreas como Governança Corporativa, Recursos Humanos, Controle de Qualidade, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Ética.

Atualmente, a JBS conta com mais de 140 mil colaboradores espalhados nas suas mais de 300 unidades pelo mundo. Em 2012, foram distribuídos entre os colaboradores mais de R$7,8 bilhões de reais – valor que corresponde à 57,7% do Valor Adicionado Total Distribuído, o que demonstra a importância que os recursos humanos tem para a Companhia.

Governança Corporativa

A JBS baseia sua conduta nos mais elevados princípios de ética e transparência e segue rigorosamente o modelo de governança corporativa do Novo Mercado, da BM&F BOVESPA, onde tem ações negociadas desde 2007. Por atuar em escala global e em mercados bastante dinâmicos, que exigem agilidade na tomada de decisões, a JBS procura manter sua estrutura de governança o mais enxuta possível e sempre muito próxima da realidade vivida pelo corpo executivo. Dessa forma, a empresa acredita que consegue atender às demandas de seus acionistas, dos diferentes níveis de governo e da sociedade sem correr o risco de prejudicar o andamento dos negócios.

As principais decisões estratégicas da JBS são tomadas na Assembleia Geral de Acionistas, na qual cada ação dá direito a um voto – seguindo mais uma vez o modelo preconizado pelo Novo Mercado. A estrutura de governança corporativa é liderada pelo Conselho de Administração, formado por 11 membros efetivos e que tem a responsabilidade de determinar as estratégias de longo prazo e fiscalizar o desempenho da companhia. As reuniões ordinárias acontecem trimestralmente, mas os componentes do conselho fazem o acompanhamento constante do desenvolvimento dos negócios e são chamados a tomar decisões com frequência. O Conselho de Administração da companhia é o órgão responsável por, entre outras questões, determinar as políticas e diretrizes do negócio. O Conselho de Administração também supervisiona a Diretoria e monitora a implantação das políticas e diretrizes estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração.

Sustentabilidade

A JBS investe recursos para desenvolver ações que reduzam os impactos ambientais relacionados às suas atividades e para tornar as operações cada vez mais eficientes quanto ao consumo de energia e água, à redução de resíduos, efluentes e emissões de CO2.

No Brasil, ao assumir acordos públicos para garantir que a origem da matéria-prima não esteja associada ao desmatamento de florestas nativas, invasão de terras indígenas ou unidades de conservação ambiental bem como a condições degradantes de trabalho ou trabalho infantil, a empresa reafirma seu compromisso com a sustentabilidade.

Para atender a esses compromisso e garantir a origem responsável da matéria-prima, a companhia investe continuamente desde 2010 em ferramentas de alta tecnologia como imagens de satélite, dados georeferenciados das propriedades rurais e informações dos órgãos oficiais para a análise de mais de 22 mil fornecedores de gado localizados na região do bioma Amazônia. Esse monitoramento dos fornecedores de gado promove a sustentabilidade em toda a cadeia de suprimentos da JBS e, dessa forma, a companhia colabora na disseminação das boas práticas a todos os produtores com quem se relaciona.

Comprometidos com a questão das Mudanças Climáticas, a JBS participa desde 2009 do *Carbon Disclosure Project* (CDP) e em 2012 foi reconhecida nas categorias Desempenho e Transparência reafirmando seu compromisso com o meio ambiente.

A JBS também está listada na carteira do Índice de Carbono Eficiente ICO2 da BM&FBovespa entre as empresas brasileiras preocupadas em medir, divulgar e monitorar as suas emissões de gases de efeito estufa.

Responsabilidade Social

Além de gerar milhares de empregos em todo o mundo, a Companhia tem um forte comprometimento social nas regiões onde atua, promovendo a capacitação dos seus funcionários por meio de programas específicos como o Centro de Formação de Faqueiros e Desossadores que tem o objetivo de desenvolver habilidades e conhecimentos para atender a demanda da área de abate e desossa preparando profissionais capacitados promovendo a melhora do desempenho e também a qualidade de vida de seus colaboradores.

Instituto Germinare

Desde 2009, as atividades da companhia na área social são desempenhadas por meio do Instituto Germinare. O instituto compartilha os mesmos princípios da empresa na busca permanente da inovação e empreendedorismo, segundo rigorosos padrões éticos e de qualidade, na construção de uma sociedade mais justa. Inaugurada em fevereiro de 2010, a Escola Germinare é o principal destaque do Instituto.

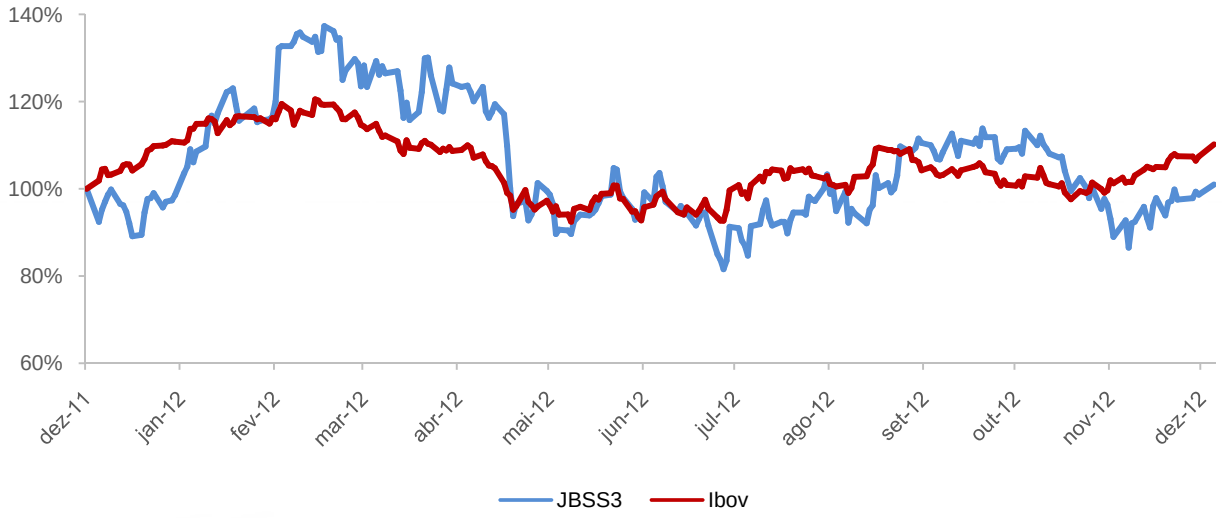
Construída junto da matriz da empresa, em São Paulo (SP), o objetivo da Germinare é oferecer gratuitamente Ensino Fundamental e Médio de excelência, formando cidadãos bem preparados do ponto de vista acadêmico e humano, com repertório cultural amplo, valores éticos consolidados e atitudes positivas diante da vida e da sociedade. Com a inauguração da Escola Germinare, a educação passou ao centro das políticas de responsabilidade social da JBS. A escola atende gratuitamente jovens a partir do 6º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio.

Em 2011, foram cerca de 1.200 alunos inscritos para o processo seletivo, tendo sido aprovados 87 alunos. Atualmente a Germinare tem 360 alunos matriculados e que recebem gratuitamente material escolar, alimentação e uniformes. Em 2012, a escola deu início a seu terceiro ano letivo, com turmas da 6º, 7º, 8º e 9º ano, concluindo o Ensino Fundamental II.

A partir de 2013, serão iniciadas as turmas do Ensino Médio (até o 3º Ano). Os alunos têm atividades em tempo integral, com acesso a biblioteca informatizada, laboratórios completos, ginásio poliesportivo e piscina semiolímpica. Os jovens completam seu aprendizado em atividades que envolvem o aprimoramento físico e competitivo, em que também são desenvolvidos exercícios de espírito de equipe, trabalho conjunto, respeito às regras e do sentido de autossuperação, que caracterizam o esporte.

Mercado de Capitais

As ações da JBS encerraram o ano cotadas a R$6,00 na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). O valor de mercado da companhia totalizou R$17,8 bilhões ao final de dezembro de 2012.



Política de Dividendos e Histórico de Pagamento

O dividendo obrigatório da JBS é de no mínimo 25% do lucro líquido, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da JBS e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o conselho de administração e acionistas da JBS julguem relevantes.

A JBS distribuiu aos seus acionistas dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$0,8 milhão relativo a 2002, R$21,8 milhões relativos a 2004, R$31,7 milhões relativos a 2005, R$11,2 milhões relativos a 2006, R$ 17,5 milhões relativos a 2007, R$12,3 milhões relativos a 2008 e R$61,5 milhões relativos a 2009. Não houve pagamento de dividendos referente a 2010 e 2011 e em 2012 a JBS declarou dividendos de R$170,7 milhões a serem submetidos à Assembleia Geral dos Acionistas.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Considerações Finais

A KPMG Auditores Associados foi contratada pela JBS S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da JBS S.A., individual e consolidada. A Companhia informa que durante o exercício de 2012, essa empresa de auditoria não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados com auditoria das demonstrações contábeis.

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da JBS S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBS S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

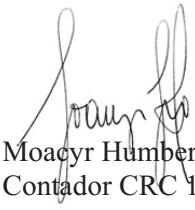
Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Moacyr Humberto Piacenti
Contador CRC 1SP204757/O-9

JBS S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.564.984**	3.612.867	**5.383.087**	5.288.194
Contas a receber de clientes	5	**2.753.737**	1.883.093	**5.688.648**	4.679.846
Estoques	6	**1.940.192**	1.544.261	**5.182.187**	5.405.705
Ativos biológicos	7	**-**	-	**849.624**	209.543
Impostos a recuperar	8	**1.309.995**	1.330.609	**1.676.267**	1.690.311
Despesas antecipadas		**9.648**	8.148	**142.961**	131.033
Outros ativos circulantes		**273.332**	256.225	**460.625**	526.649
TOTAL DO CIRCULANTE		**9.851.888**	**8.635.203**	**19.383.399**	**17.931.281**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	9	**808.062**	88.505	**548.909**	552.197
Ativo biológico	7	**-**	-	**304.309**	-
Impostos a recuperar	8	**641.957**	562.027	**673.346**	626.126
Outros ativos não circulantes		**206.137**	104.207	**671.758**	389.947
Total do Realizável a Longo Prazo		**1.656.156**	**754.739**	**2.198.322**	**1.568.270**
Investimentos em controladas e coligada	10	**6.118.876**	7.561.574	**258.620**	-
Imobilizado	11	**8.767.637**	7.803.582	**16.207.640**	15.378.714
Intangível	12	**9.531.964**	9.531.506	**11.708.212**	12.532.619
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**26.074.633**	**25.651.401**	**30.372.794**	**29.479.603**
TOTAL DO ATIVO		**35.926.521**	**34.286.604**	**49.756.193**	**47.410.884**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	**1.000.273**	666.375	**3.564.270**	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	14/15	**5.355.774**	4.574.702	**6.098.898**	5.339.433
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	**-**	-	**8.886**	211.528
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	**361.741**	347.863	**1.276.009**	1.167.163
Dividendos declarados	17	**170.749**	-	**170.749**	-
Débito com terceiros para investimentos	18	**112.712**	10.589	**112.712**	10.589
Outros passivos circulantes		**280.649**	466.402	**306.049**	343.100
TOTAL DO CIRCULANTE		**7.281.898**	**6.065.931**	**11.537.573**	**10.395.699**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14/15	**6.795.885**	7.095.193	**14.390.046**	13.532.761
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	**137.847**	-	**524.230**	683.812
Débito com terceiros para investimentos	18	**95.142**	2.048	**95.142**	2.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	**825.781**	289.798	**1.276.756**	678.372
Provisão para riscos processuais	20	**155.156**	140.975	**203.361**	251.560
Outros passivos não circulantes		**24.265**	28.837	**295.779**	267.444
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**8.034.076**	**7.556.851**	**16.785.314**	**15.415.997**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital social		**21.506.247**	21.506.247	**21.506.247**	21.506.247
Transações de capital		**77.374**	(10.212)	**77.374**	(10.212)
Reserva de capital		**211.879**	985.944	**211.879**	985.944
Reserva de reavaliação		**96.847**	101.556	**96.847**	101.556
Reservas de lucros		**1.993.697**	1.440.799	**1.993.697**	1.440.799
Ações em tesouraria		**(776.526)**	(610.550)	**(776.526)**	(610.550)
Ajustes de avaliação patrimonial		**92.999**	127.071	**92.999**	127.071
Ajustes acumulados de conversão		**(2.591.970)**	(2.877.033)	**(2.591.970)**	(2.877.033)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		**20.610.547**	**20.663.822**	**20.610.547**	**20.663.822**
Participação dos acionistas não controladores		**-**	**-**	**822.759**	**935.366**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**20.610.547**	**20.663.822**	**21.433.306**	**21.599.188**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.926.521**	**34.286.604**	**49.756.193**	**47.410.884**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	**16.405.822**	**13.060.853**	**75.696.710**	**61.796.761**
Custo dos produtos vendidos	30	**(12.093.878)**	(10.023.868)	**(67.006.886)**	(55.100.207)
LUCRO BRUTO		**4.311.944**	**3.036.985**	**8.689.824**	**6.696.554**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	30	**(816.779)**	(595.453)	**(2.057.415)**	(1.739.198)
Com vendas	30	**(1.564.217)**	(1.274.996)	**(3.877.714)**	(3.144.069)
Resultado financeiro líquido	23	**(1.082.690)**	(1.468.238)	**(1.338.243)**	(2.010.728)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**385.040**	113.264	**836**	-
Outras receitas (despesas)	24	**23.290**	28.031	**(35.002)**	(32.667)
		(3.055.356)	**(3.197.392)**	**(7.307.538)**	**(6.926.662)**
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO		**1.256.588**	**(160.407)**	**1.382.286**	**(230.108)**
Imposto de renda e contribuição social do período	19	**2.424**	2.710	**(176.742)**	(520.711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	**(540.074)**	81.992	**(442.654)**	427.934
		(537.650)	**84.702**	**(619.396)**	**(92.777)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**718.938**	**(75.705)**	**762.890**	**(322.885)**
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				**718.938**	(75.705)
Participação dos acionistas não controladores				**43.952**	(247.180)
				762.890	**(322.885)**
Resultado básico por lote de mil ações no final do exercício- em reais	25	**247,84**	**(27,77)**	**247,84**	**(27,77)**
Resultado diluído por lote de mil ações no final do exercício- em reais	25	**247,84**	**(27,77)**	**247,84**	**(27,77)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**718.938**	**(75.705)**	**762.890**	**(322.885)**
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	**(34.072)**	128.790	**(34.072)**	128.790
Ajuste acumulado de conversão em controladas	**58.862**	(281.203)	**58.862**	(281.203)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	**226.201**	(36.967)	**226.201**	(36.967)
Total do resultado abrangente do exercício	**969.929**	**(265.085)**	**1.013.881**	**(512.265)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Acionistas da Companhia	**969.929**	(265.085)	**955.469**	(120.108)
Não controladores	**-**	-	**58.412**	(392.157)
	969.929	**(265.085)**	**1.013.881**	**(512.265)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Para expansão							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**18.046.067**	**(9.949)**	**985.944**	**106.814**	**7.768**	**1.503.478**	**(485.169)**	**(1.719)**	**(2.558.863)**	**-**	**17.594.371**	**1.100.478**	**18.694.849**
Transações de capital	-	(263)	-	-	-	-	-	-	-	-	**(263)**	-	**(263)**
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(125.381)	-	-	-	**(125.381)**	-	**(125.381)**
Debêntures conversíveis	3.460.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**3.460.180**	-	**3.460.180**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(5.258)	-	-	-	-	-	5.258	**-**	-	**-**
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	128.790	-	-	**128.790**	-	**128.790**
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(281.203)	-	**(281.203)**	-	**(281.203)**
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.967)	-	**(36.967)**	-	**(36.967)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.705)	**(75.705)**	(247.180)	**(322.885)**
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-	(70.447)	-	-	-	70.447	**-**	-	**-**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	82.068	**82.068**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**21.506.247**	**(10.212)**	**985.944**	**101.556**	**7.768**	**1.433.031**	**(610.550)**	**127.071**	**(2.877.033)**	**-**	**20.663.822**	**935.366**	**21.599.188**
Transações de capital	-	87.586	-	-	-	-	-	-	-	-	**87.586**	-	**87.586**
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(939.717)	-	-	-	**(939.717)**	-	**(939.717)**
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	(324)	-	-	-	**(324)**	-	**(324)**
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(774.065)	-	-	-	774.065	-	-	-	**-**	-	**-**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(4.709)	-	-	-	-	-	4.709	**-**	-	**-**
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(34.072)	-	-	**(34.072)**	-	**(34.072)**
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	58.862	-	**58.862**	-	**58.862**
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	226.201	-	**226.201**	-	**226.201**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	718.938	**718.938**	43.952	**762.890**
Proposta para destinação do lucro líquido													
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.749)	**(170.749)**	-	**(170.749)**
Reserva legal	-	-	-	-	35.947	-	-	-	-	(35.947)	-	-	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	516.951	-	-	-	(516.951)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(156.559)	**(156.559)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**21.506.247**	**77.374**	**211.879**	**96.847**	**43.715**	**1.949.982**	**(776.526)**	**92.999**	**(2.591.970)**	**-**	**20.610.547**	**822.759**	**21.433.306**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	**718.938**	(75.705)	**718.938**	(75.705)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	**435.920**	436.501	**1.613.710**	1.291.411
. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	**(6.431)**	10.021	**(4.657)**	15.577
. Resultado de equivalência patrimonial	**(385.040)**	(113.264)	**(836)**	-
. Resultado na venda de imobilizado	**(14.852)**	(24.998)	**26.131**	(8.132)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**540.074**	(81.992)	**409.062**	(427.934)
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	**495.970**	1.544.673	**490.681**	1.611.274
. Provisão para riscos processuais	**10.027**	5.562	**5.106**	9.865
. Redução ao valor recuperável de ativo	**-**	-	**10.282**	63.193
	1.794.606	**1.700.798**	**3.268.417**	**2.479.549**
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber	**(828.058)**	(149.369)	**(892.675)**	(278.778)
Estoques	**(329.123)**	(433.292)	**(395.360)**	(627.902)
Impostos a recuperar	**106.863**	(195.802)	**(163.553)**	(295.794)
Outros ativos circulantes e não circulantes	**(58.723)**	(104.145)	**89.214**	(43.156)
Créditos com empresas ligadas	**(463.806)**	(360.521)	**11.612**	(171.501)
Ativos biológicos	**-**	-	**(440.813)**	247.255
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	**303.692**	77.789	**206.669**	(28.742)
Outros passivos circulantes e não circulantes	**28.412**	(100.210)	**(270.741)**	(75.275)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	**-**	-	**44.541**	(247.180)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	**-**	-	**14.945**	(351.964)
Variações em ativos e passivos operacionais	**(1.240.743)**	**(1.265.550)**	**(1.796.161)**	**(1.873.037)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**553.863**	**435.248**	**1.472.256**	**606.512**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado e intangíve	**(1.083.314)**	(569.741)	**(1.619.393)**	(1.173.780)
Efeito líquido da desconsolidação de Vigor	**-**	-	**(211.856)**	-
Adições nos investimentos em controladas	**-**	(963.638)	**-**	-
Baixas nos investimentos em controladas	**(109.306)**	2.491.708	**2.067**	-
Recebimento dividendos JBS USA	**875.503**	-	**-**	-
Recebimento pelo distrato Inalca JBS	**-**	504.002	**-**	504.002
Efeito líquido do capital de giro de empresa baixada/incorporada	**7.356**	718	**(21.355)**	(34.584)
Efeito líquido consolidação integral Beef Snacks International B.V.	**-**	-	**(19.757)**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(309.761)**	**1.463.049**	**(1.870.294)**	**(704.362)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	**5.579.875**	6.181.618	**14.145.935**	17.532.838
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(5.869.508)**	(7.341.304)	**(13.773.332)**	(16.224.978)
Pagamentos de debêntures	**-**	(749)	**-**	(749)
Transações de capital	**-**	(263)	**(8.760)**	(263)
Aquisição de ações de emissão própria	**(2.352)**	(125.381)	**(2.352)**	(125.381)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(291.985)**	**(1.286.079)**	**361.491**	**1.181.467**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	**-**	**-**	**131.440**	**130.003**
Variação líquida no exercício	**(47.883)**	612.218	**94.893**	1.213.620
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.612.867**	3.000.649	**5.288.194**	4.074.574
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.564.984**	**3.612.867**	**5.383.087**	**5.288.194**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**17.440.319**	13.914.737	**76.956.495**	63.008.737
Outras receitas operacionais líquidas	**32.425**	34.820	**(4.328)**	25.723
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	**6.431**	(10.021)	**4.657**	(15.577)
	17.479.175	**13.939.536**	**76.956.824**	**63.018.883**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(10.028.087)**	(7.507.627)	**(52.272.801)**	(41.973.722)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(2.548.057)**	(2.172.303)	**(11.094.042)**	(9.311.938)
Perda / Recuperação de valores ativos	**-**	-	**-**	(1.830)
Outras	**-**	-	**-**	(5.104)
	(12.576.144)	**(9.679.930)**	**(63.366.843)**	**(51.292.594)**
Valor adicionado bruto	**4.903.031**	**4.259.606**	**13.589.981**	**11.726.289**
Depreciação e Amortização	**(435.920)**	(436.501)	**(1.613.710)**	(1.291.411)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**4.467.111**	**3.823.105**	**11.976.271**	**10.434.878**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**385.040**	113.264	**836**	-
Receitas financeiras	**1.007.119**	1.961.079	**1.607.159**	2.575.797
Outras	**59**	3.457	**3.624**	(24.787)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**5.859.329**	**5.900.905**	**13.587.890**	**12.985.888**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	**1.259.220**	1.066.632	**6.400.408**	5.556.714
Benefícios	**153.769**	169.640	**1.362.069**	1.156.769
FGTS	**64.630**	77.914	**77.485**	88.412
	1.477.619	**1.314.186**	**7.839.962**	**6.801.895**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**666.855**	451.607	**826.713**	741.121
Estaduais	**860.755**	774.733	**929.306**	970.679
Municipais	**15.969**	2.528	**17.958**	6.016
	1.543.579	**1.228.868**	**1.773.977**	**1.717.816**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**2.037.834**	3.300.639	**2.829.175**	4.385.420
Aluguéis	**65.131**	60.096	**281.073**	261.106
Outras	**16.228**	72.821	**100.813**	142.536
	2.119.193	**3.433.556**	**3.211.061**	**4.789.062**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	**718.938**	(75.705)	**718.938**	(75.705)
Participação de minoritários nos lucros (prejuízos) retidos	**-**	-	**43.952**	(247.180)
	718.938	**(75.705)**	**762.890**	**(322.885)**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**5.859.329**	**5.900.905**	**13.587.890**	**12.985.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("JBS", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

Na Controladora

A Companhia explora o segmento de abate, frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, sub-produtos de carnes e conservas, em quarenta e oito unidades industriais localizadas nos Estados de Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

A Companhia distribui seus produtos por meio de doze centros de distribuição, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal.

A Companhia tem forte atuação na atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçadista e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de dezesseis unidades industriais localizadas nos Estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Ceará. Possui um centro de distribuição localizado no Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, a Companhia explora os ramos de produção de latas de alumínio; gerenciamento de resíduos industriais e produção de resinas plásticas; produção de sabão em barra e sabonetes para marcas próprias de grandes empresas de higiene e limpeza; produção de biodiesel, glicerina, oleína e ácido graxo; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; industrialização e comercialização de tripas; operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação; possui lojas com o nome "Mercado da Carne" para venda de carnes e itens correlatos para churrasco diretamente ao consumidor. Por fim, a Companhia opera também na produção e comercialização de energia elétrica, cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação.

Em Controladas / Joint Ventures

A JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho e Guaiçara- Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e engorda para revenda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos de terceiros para abate.

A Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaiçara - Estado de São Paulo, tem como atividades a exploração, industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor proteico mínimo de 99%. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para Europa, América Latina, Ásia e Oceania.

A controlada indireta Meat Snacks Partner do Brasil Ltda (Meat Snacks), "joint venture" de controle compartilhado entre a subsidiária JBS Handels GMBH e a empresa Jack Link Beef Jerky, está localizada no Município de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo, e explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne "in natura" no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América. Em março de 2012, a Meat Snacks inaugurou uma unidade na cidade de Lins, também no Estado de São Paulo, no intuito de ampliar suas operações.

A JBS Aves Ltda. (JBS Aves), localizada na cidade de Montenegro, no Estado do Rio Grande do Sul, explora a atividade de processamento de frango, cujo objetivo é o desenvolvimento de avós de frango, matrizes, animais de corte, sua produção e abate, até a industrialização de subprodutos, e o comércio e exportação dos mesmos. A JBS Aves opera quatro fábricas de rações, três abatedouros de aves, quatro fábricas de produtos industrializados, seis incubatórios, quatro filiais de vendas e vinte e duas instalações para reprodução de frangos.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do segmento de abate e frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com seis unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba.

Em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina desde o exercício de 2008, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de Colonia Caroya (Província de Córdoba), Consignaciones Rurales (Província de Buenos Aires) no exercício de 2010 e em Venado Tuerto (Província de Santa Fé) no final do exercício de 2011.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) e suas controladas, abate e processa carnes “in natura” de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e onze confinamentos. Na Austrália opera com dez frigoríficos, três fábricas de beneficiamento de bovinos e quatro confinamentos de bovinos.

A JBS USA divide a sua operação em três segmentos: Gado, operando o negócio de origem bovina; Porco, operando o negócio de origem suína e ovina; e Frango, operando o negócio de aves por meio da subsidiária Pilgrim's Pride (PPC).

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc também localizada nos Estados Unidos da América vende produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Greeley, Colorado, Estados Unidos da América, de capital aberto listada na bolsa de New York, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação também no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de noventa países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoiadas por trinta fábricas de rações, trinta e cinco incubadoras, dezessete instalações de processamento e três instalações de fábrica de produtos pet nos Estados Unidos da América e México.

Na JBS USA, a subsidiária Sampco, Inc. (Sampco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada da América do Sul, e a revenda desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Sampco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovina, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países na Europa, África e Ásia.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os mercados europeu e africano, comercializando carne cozida, dentre outros produtos. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A LLC Lesstor é um armazém localizado na Rússia cuja atividade é a armazenagem de produtos próprios e de terceiros através de contratos de locação de espaço e serviços de estocagem.

A controlada indireta JBS Paraguay S.A (JBS Paraguay), localizada em Assunção, possui outra planta em San Antonio, abate e processa carne bovina congelada, resfriada e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados.

A JBS Leather Paraguay, localizada na cidade de Assunção, Paraguai, atua no segmento de couros, comprando couro fresco do mercado local e industrializando e comercializando no mercado Externo, no estágio Wet-Blue.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carne bovina “in natura” para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso e miúdos, principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Egygate Distribution (Egygate), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta Misr Cold Centers and Storage (Misr Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de carnes, mas comercializa outros produtos alimentícios.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e venda de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido, principalmente, ao mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores.

A JBS Leather Itália S.R.L. (JBS Leather Itália), localizada na cidade de Arzignano, possui outra planta na cidade de Matera, ambas na Itália, atua no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado europeu, produzindo couros nos estágios Semi Acabado e Acabado.

c) Evento operacional relevante

c.1) Leilão da Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A., mediante Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A.

Em 21 de junho de 2012, foi realizado o Leilão da Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias (Oferta) de Emissão da JBS S.A., mediante Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A. ("OPA de Permuta").

No leilão foram adquiridas pela JBS S.A. 117.800.183 (cento e dezessete milhões, oitocentos mil e cento e oitenta e três) ações ordinárias de sua própria emissão por meio da permuta de ações ordinárias de emissão da Vigor de que era titular.

Dessa forma, através da Opa de Permuta, a Companhia que até então detinha a totalidade (100%) das Ações da Vigor, passou a deter 21,32% do total de ações, cedendo a maior parte de sua participação, equivalente a 44,62% do total de ações da Vigor, à FB Participações S.A., que é controladora da Companhia.

Com essa nova configuração societária, a Companhia não mais consolida o seu investimento na subsidiária Vigor Alimentos S.A., passando a tratar como investimento em coligada, pois ainda que possua um percentual de participação superior a 20%, que indicaria que possui influência significativa, a FB Participações S.A. passou a gerenciar e controlar as operações da Vigor, tornando-se a nova controladora.

Essa nova estrutura societária indica que apesar de a Companhia reduzir o seu percentual de participação e perder o controle sobre a Vigor, o controle da mesma ainda é mantido no mesmo grupo econômico, através da FB Participações S.A., holding da Companhia, e por isso, os resultados dessa transação foram registrados sob a rubrica de Transações de Capital, de forma que foi alienado um investimento no montante de R$ 959.961 em troca de R$ 937.689 de ações em tesouraria, apresentando um resultado de transação de capital de (R$ 22.272), cujo detalhamento segue abaixo:

- Baixa do investimento em Vigor:

Quantidade de ações:		117.800.183
Valor da ação em reais:	R$	8,15
Valor da baixa do investimento:	R$	959.961

- Permuta (Recebimento de Ações em Tesouraria):

Quantidade de ações:		117.800.183
Valor da ação em reais:	R$	7,96
Valor das ações em tesouraria:	R$	937.689

- Apuração da transação de capital:	**R$**	**(22.272)**

Devido ao fato do investimento não estar sendo consolidado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e ter sido consolidado até o semestre findo em 30 de junho de 2012, para fins de comparabilidade, abaixo segue balanço "pro-forma" , excluindo os saldos contábeis da Vigor Alimentos em 31 de dezembro de 2011, do respectivo período comparativo de 31 de dezembro de 2011, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade.

a) Balanço Patrimonial

	Consolidado	"Pro-forma"
	31.12.12	31.12.11
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	**5.383.087**	4.966.514
Contas a receber de clientes	**5.688.648**	4.551.746
Estoques	**5.182.187**	5.294.299
Ativos biológicos	**1.153.933**	209.543
Imposto a recuperar	**2.349.613**	2.204.589
Outros ativos circulantes e não circulantes	**1.824.253**	2.080.733
Investimentos em coligadas	**258.620**	330.427
Imobilizado	**16.207.640**	14.956.655
Intangível	**11.708.212**	12.527.229
TOTAL DO ATIVO	**49.756.193**	**47.121.735**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Fornecedores	**3.564.270**	3.236.162
Empréstimos e financiamentos	**20.488.944**	18.545.772
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	**3.085.881**	2.391.245
Outros passivos circulantes e não circulantes	**1.183.792**	1.349.367
Patrimônio líquido	**21.433.306**	21.599.189
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**49.756.193**	**47.121.735**

Para fins de comparabilidade, abaixo segue demonstração de resultado "pro-forma" excluindo o resultado da Vigor do semestre findo em 30 de junho de 2011, comparativa ao mesmo período de 2012, visto que o resultado da Vigor foi consolidado somente até o semestre findo em 30 de junho de 2012.

b) Demonstração de resultado

	2012	2011 "Pro-forma"
Receita operacional líquida	**75.696.710**	61.152.912
Custo dos produtos vendidos	**(67.006.886)**	(54.618.546)
LUCRO BRUTO	**8.689.824**	**6.534.366**
Despesas administrativas, gerais e com vendas	**(5.935.129)**	(4.738.644)
Resultado financeiro líquido	**(1.338.243)**	(1.956.332)
Demais (despesas) receitas	**(35.002)**	(34.910)
Resultado de equivalência patrimonial	**836**	(9.094)
Imposto de renda e contribuição social	**(619.396)**	(118.271)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**762.890**	**(322.885)**
ATRIBUÍDO A:		
Participação dos acionistas controladores	**718.938**	(75.705)
Participação dos acionistas não controladores	**43.952**	(247.180)
	762.890	**(322.885)**

c.2) Incorporação Cascavel Couros Ltda.

Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia incorporou sua subsidiária integral, Cascavel Couros Ltda. ("Cascavel Couros"), como um processo de simplificação da estrutura societária do grupo econômico, maior eficiência administrativa e redução dos custos incidentes sobre operações. A incorporação não implicou em aumento do capital social ou emissão de novas ações da Companhia.

O patrimônio líquido da Cascavel Couros incorporado pela Companhia foi avaliado a valor contábil por empresa especializada, com base nos critérios previstos na legislação aplicável. Devido ao fato das demonstrações contábeis da controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas contemplarem os saldos incorporados da Cascavel Couros, e, para fins de comparabilidade, abaixo segue balanço "pro-forma" , excluindo os saldos contábeis incorporados da Cascavel Couros:

	Controladora	Cascavel	"Pro-forma"
	31.12.12	31.12.12	31.12.12
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	**3.564.984**	**7.356**	**3.557.628**
Contas a receber de clientes	**2.753.737**	**54.850**	**2.698.887**
Estoques	**1.940.192**	**66.808**	**1.873.384**
Imposto a recuperar	**1.951.952**	**93.083**	**1.858.869**
Imobilizado	**8.767.637**	**69.006**	**8.698.631**
Outros ativos circulantes e não circulantes	**16.948.019**	**63.556**	**16.884.463**
TOTAL DO ATIVO	**35.926.521**	**354.659**	**35.571.862**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	**1.000.273**	**9.159**	**991.114**
Empréstimos e financiamentos	**12.151.659**	**10.043**	**12.141.616**
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	**499.588**	**5.596**	**493.992**
Provisão para contingências	**155.156**	**4.154**	**151.002**
Outros passivos circulantes e não circulantes	**1.509.298**	**16.061**	**1.493.237**
Patrimônio líquido	**20.610.547**	**309.646**	**20.300.901**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**35.926.521**	**354.659**	**35.571.862**

c.3) Decisão arbitral litígio - Beef Snacks International B.V.

Em março de 2007 a Companhia, através da subsidiária JBS Global A/S, junto com a Link International Meat Products (Link) criou a Beef Snacks International B.V. (BSI), uma joint venture de controle compartilhado (50%/50%) com sede na Holanda, holding de duas subsidiárias, a Beef Snacks do Brasil, localizada no Brasil e a Jerky Snack Brands Inc localizada nos Estados Unidos.

Em março de 2009, Link notificou a Companhia exercendo o direito de venda das próprias ações depois de ter sido diluído (Dilution Put Right), não cumprindo as obrigações de capitalização da joint venture.

Em virtude da discussão do preço de venda das ações, e em consideração também das ingentes perdas da joint venture, em abril de 2009 a Companhia protocolou um processo arbitral junto à ICC (Câmera Internacional de Comércio), conforme previsto pelo contrato, para discutir o valor de venda das ações e a própria saída de Link da sociedade.

O tribunal arbitral com decisão em 2011 estabeleceu que nada era devido pela Companhia para a saída de Link da joint venture, e em 1 de setembro de 2011 a decisão arbitral foi homologada pela Corte da Holanda (exequatur). Ao final deste exercício a Corte Holandesa ordenou a transferência imediata das ações da BSI à favor da Companhia, passando então a ser uma subsidiária integral (100%) da JBS, através de uma concessão por decisão arbitral dos 50% de participação à JBS Global A/S detidos pela Link, tornando-se essa detentora de 100% de participação da BSI.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

- As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação de investimentos em coligada, controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3(R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas do IFRSs e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), e o patrimônio líquido e resultado da Controladora constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei n° 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei n° 11.638/07 e pela própria Lei n° 11.941/09.

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2013.

Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. Na nota explicativa 22 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
(iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
(iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
(v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios
- valor justo de instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- perda no valor recuperável de ativos financeiros;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor em conformidade com o IAS 7/CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas aplicações têm a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da Companhia e suas controladas) e não para investimento ou outros propósitos.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Provisão para ajuste ao valor recuperável

As perdas estimadas com o ajuste ao valor recuperável do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da provisão para ajuste ao valor recuperável são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com ajuste ao valor recuperável” são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado e custo, de acordo com os critérios definidos na nota explicativa 7.

h) Investimentos em coligada, controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Conforme definido IAS 28/CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada, Coligadas são aquelas entidades em que a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em empreendimento sob controle conjunto.

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 R1 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) , "Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em "joint ventures" são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das "joint ventures" são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social, conforme descrito na nota 10.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

i) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais, e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo registrados na Demonstração de resultado como despesa de acordo com os pagamentos efetuados. A Companhia possui em suas operações apenas arrendamentos operacionais.

k) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.
Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

m) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

o) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

p) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos declarados”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

q) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

r) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

s) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

t) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

u) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.
Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. A relação das controladas que a Companhia consolida está descrita na nota explicativa 10.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

v) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável, e com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

w) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

x) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são "Caixa e Equivalente de caixa" e " Derivativos a receber".

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com empresas ligadas".

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

y) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

z) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

aa) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

ab) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ac) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira de investimentos no exterior e avaliação patrimonial em investimentos.

ad) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ae) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de grupo de negócios que representa a maior parte do negócio ou área geográfica que foi baixado ou mantido para venda, ou casos de subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.
A classificação como operação atinge os critérios para ser classificados como mantido para venda quando a operação é classificada como descontinuadas, a demonstração comparativa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada no inicio do período comparativo.

af) Normas, alterações e interpretações de normas que estarão em vigor em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2013.

• IFRS 11 - "Acordos em conjunto", em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 694 que aprova a CPC 19 (R2) “Negócios conjuntos” e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11. A principal alteração introduzida por essa norma é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture.

A Companhia avaliou essa norma e identificou que trará impactos não materiais dado a desconsolidação da Meat Snacks Partner do Brasil Ltda. (MSP), cuja participação da Companhia é de 50%, conforme contexto operacional. A MSP possuía em 31 de dezembro de 2012, ativos e passivos totais no montante de R$ 44.666, patrimônio líquido de R$ 35.633 e lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R$ 11.393.

• IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 697 que aprova a CPC 45 “Divulgação de participações em outras entidades” e que incorporou as mudanças pelo IFRS 12. A norma trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

A Administração avaliou essa norma e não se espera efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados", em 13 de dezembro de 2012, a CVM publicou a Deliberação 695 que aprova a CPC 33 (R1) “Benefícios a empregados” e que incorporou as mudanças do IAS 19 alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são os seguintes:

(i) eliminação da possibilidade de utilização do “método do corredor” (permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano);

(ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em "outros resultados abrangentes" conforme ocorram. Esses valores não serão levados para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes;

(iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e

(iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A Administração avaliou essa norma e o efeito em outros resultados abrangentes é estimado em aproximadamente R$ 90 milhões, conforme nota explicativa 27.

• IFRS 10 - "Demonstrações consolidadas", em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 698 que aprova a CPC 36 (R3) "Demonstrações consolidadas" e que incorporou as mudanças pelo IFRS 10. A nova norma apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.

A Companhia efetuou a análise dessa norma e concluiu que ela não trará impactos às suas demonstrações contábeis consolidadas.

• IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 699 que aprova a CPC 46 "Mensuração do valor justo" que incorporou as mudanças pelo IFRS 13. O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS.

Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

ag) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

• IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.

• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis" - a principal modificação foi à exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado subsequentemente (ajustes de reclassificação). Essas alterações, contudo, não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A norma será aplicável a partir de 1 de julho de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Caixa e bancos	**1.014.160**	1.483.479	**1.949.230**	2.247.919
CDB - DI	**2.295.275**	1.928.422	**2.429.706**	2.155.037
Fundos de investimentos	**-**	494	**748.602**	554.523
LCA-DI	**-**	200.472	**-**	330.715
Títulos públicos - LFT	**255.549**	-	**255.549**	-
	3.564.984	**3.612.867**	**5.383.087**	**5.288.194**

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA - DI) são aplicações remuneradas por percentual do CDI, sendo um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários do agronegócio e emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCA é emitida sob a forma escritural na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. As referidas aplicações rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Títulos públicos – LFT – Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cujas condições e características são similares aos CDB's.

Fundos de investimentos - consolidados

Está composto em sua totalidade por aplicações da controlada indireta JBS Project Management GMBH (subsidiária da JBS Holding GMBH) em fundos de investimento mútuo não exclusivos, cujas aplicações são realizadas pelo Banco JP Morgan como parte de um serviço de gerenciamento de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Duplicatas a vencer	**2.529.365**	**1.729.425**	**4.970.194**	**3.939.255**
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	**191.144**	120.142	**584.276**	569.126
De 31 a 60 dias	**17.060**	23.297	**75.746**	91.406
De 61 a 90 dias	**18.380**	20.755	**33.411**	44.389
Acima de 90 dias	**94.721**	102.656	**156.709**	185.589
Ajuste ao valor recuperável	**(96.933)**	(113.182)	**(131.688)**	(149.919)
	224.372	**153.668**	**718.454**	**740.591**
	2.753.737	**1.883.093**	**5.688.648**	**4.679.846**

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros , segue a movimentação do ajuste ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Saldo inicial	**(113.182)**	**(109.497)**	**(149.919)**	**(142.074)**
Adições	**-**	(10.020)	**-**	(16.390)
Variação Cambial	**-**	-	**1.011**	225
Baixas	**16.249**	6.335	**17.220**	8.320
Saldo final	**(96.933)**	**(113.182)**	**(131.688)**	**(149.919)**

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Produtos acabados	**1.509.526**	1.161.418	**3.564.257**	3.332.844
Produtos em processo	**64.199**	53.879	**333.100**	900.597
Matéria-prima	**234.934**	188.722	**668.387**	527.046
Almoxarifado	**131.533**	140.242	**616.443**	645.218
	1.940.192	**1.544.261**	**5.182.187**	**5.405.705**

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias de gado, porco e cordeiro, e frango, cujo detalhamento segue abaixo:

	Consolidado	
Ativos biológicos circulantes:	31.12.12	31.12.11
Gado	**125.818**	83.978
Porco e Cordeiro	**52.203**	73.790
Frango	**668.314**	49.489
Culturas temporárias em formação	**3.289**	2.286
	849.624	**209.543**

	Consolidado	
Ativos biológicos não circulantes:	31.12.12	31.12.11
Frango	**304.309**	-
	304.309	**-**

Movimentação do ativo biológico:	**Circulante**	**Não Circulante**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**209.543**	**-**
Nascimento	**4.911.589**	**6.761**
Morte	**(8.962)**	**(1.082)**
Fair value (marcação a mercado)	**43.659**	**135**
Compra	**875.697**	**450.419**
Venda / baixa para abate	**(5.775.172)**	**(23.785)**
Transferência de produto em processo	**529.200**	**203.672**
Variação cambial	**60.781**	**7.464**
Apropriação de custos das culturas temporárias	**5.795**	**-**
Consumo interno das culturas temporárias (ração)	**(2.506)**	**-**
Amortização	**-**	**(339.275)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**849.624**	**304.309**

Os ativos biológicos circulantes são compostos basicamente por animais, em sua maioria de confinamento e em período de maturação para corte, os quais permanecem em desenvolvimento durante um período de 90 a 120 dias, principalmente gado, e 30 a 35 dias para frango, até atingir a maturidade e consequentemente, envio para as unidades de abate. Por este motivo são classificados no grupo de conta de ativos circulantes.

Os ativos biológicos não circulantes são compostos exclusivamente de avós e matrizes de frango que são destinadas a reprodução. A vida útil desses animais de reprodução é de aproximadamente 67 semanas, sendo por este motivo, classificados no grupo de conta de ativos não circulantes.

Abaixo, segue detalhamento dos ativos biológicos da Companhia:

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	**31.12.12**	**31.12.11**
Ativos biológicos circulantes:		
Gado	**56.956**	46.954
Porco e Cordeiro	**52.203**	73.790
Frango	**620.683**	49.489
Ativos biológicos avaliados a custo	**729.842**	**170.233**
Ativos biológicos não circulantes:		
Frango	**265.527**	**-**
Ativos biológicos avaliados a custo	**265.527**	**-**

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino, entre o período de vida de 75 - 100, em sistema de confinamento, não existindo mercado ativo para gado bovino neste período. O mercado ativo é apenas para gado acima de 180 dias.

Porco e Cordeiro – A controlada JBS USA mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento, não existindo mercado ativo para essa classe de ativos biológicos, pois existem poucos concorrentes no mercado.

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frango destinados ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e matrizes de frango (não circulantes) que são destinadas a reprodução.

Por não haver mercado ativo para esses ativos biológicos, a Companhia avaliou tais ativos com base em um modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de absorção. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

EMPRESAS NO BRASIL	**31.12.12**	**31.12.11**
Ativos biológicos circulantes:		
Gado	**68.862**	37.024
Ativos biológicos avaliados a mercado	**68.862**	**37.024**
Frango	**47.631**	-
Culturas temporárias em formação	**3.289**	2.286
Ativos biológicos avaliados a custo	**50.920**	**2.286**
Total de ativos biológicos circulantes	**119.782**	**39.310**
Ativos biológicos não circulantes:		
Frango	**38.782**	-
Total de ativos biológicos não circulantes avaliados a custo	**38.782**	**-**

As operações relativas a gado bovino das atividades no Brasil são representadas, principalmente, por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

As operações relativas a frango das atividades no Brasil, são divididas entre frangos destinados ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e avós e matrizes de frango (não circulantes) que são destinadas a reprodução. Para ambos os casos, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos com base em um modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de absorção. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos para bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela Administração.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ICMS / IVA / VAT/ GST	**994.229**	1.075.566	**1.128.245**	1.264.118
IPI	**63.392**	59.772	**129.736**	124.459
PIS e COFINS	**650.654**	616.957	**681.341**	745.376
IRRF a recuperar	**172.048**	90.826	**303.024**	96.840
Outros	**71.629**	49.515	**107.267**	85.644
	1.951.952	**1.892.636**	**2.349.613**	**2.316.437**
Desmembramento:				
Ativo circulante	**1.309.995**	1.330.609	**1.676.267**	1.690.311
Ativo não circulante	**641.957**	562.027	**673.346**	626.126
	1.951.952	**1.892.636**	**2.349.613**	**2.316.437**

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados pela Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e retenções sobre remessa de dividendos da subsidiária JBS USA, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS, IPI e IRPJ a recuperar no valor de R$ 181.157. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R$ 28.987 permanecendo um saldo remanescente de R$ 152.170.

Anualmente a Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, avalia a segregação entre circulante e não circulante dos créditos fiscais, de acordo com a sua realização.

9 Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial da controladora como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Taxa anual	31.12.12 Contratos de mútuo	31.12.11 Contratos de mútuo
Controladas diretas					
JBS Aves Ltda.	R$	01/06/2013	CDI + 1%	**268.903**	53.207
JBS Confinamento Ltda.	R$	01/04/2014	CDI + 4%	**100.289**	87.528
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R$	16/08/2013	CDI + 12%	**63.682**	58.936
JBS USA, Inc	US$	25/03/2014	Libor + 2,5% a 3%	**319.331**	(97.606)
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	US$	12/06/2013	4,50%	**(49.214)**	(43.284)
Cascavel Couros Ltda	R$	31/12/2012	9%	**-**	29.300
Novaprom Food Ingredients Ltda	R$	31/12/2013	CDI + 1%	**(2.105)**	12.115
Controladas indiretas					
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	R$	24/01/2014	CDI	**102.127**	96.761
Beef Snacks International BV	US$	31/12/2013	Libor + 2% a 3%	**5.049**	4.371
JBS HU Ltd	US$	19/05/2012	12%	**-**	(119.117)
JBS Paraguay	US$	24/08/2014	Libor + 5%	**-**	6.294
				808.062	**88.505**

Transações comercias entre partes relacionadas registradas no balanço da controladora como clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	31.12.12 Contas a receber de clientes	31.12.12 Fornecedores	31.12.11 Contas a receber de clientes	31.12.11 Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Aves Ltda.	**1.924**	**5.982**	-	-
JBS Confinamento Ltda.	**360**	**29.836**	252	33.384
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**-**	**-**	-	94
JBS USA, Inc	**186**	**393**	13.521	-
JBS Itália SRL	**29.523**	**-**	7.268	-
Cascavel Couros Ltda	**512**	**9**	16.917	2.704
Novaprom Food Ingredients Ltda	**1.800**	**408**	1.661	681
Controladas indiretas				
JBS Global (UK) Limited	**52.824**	**210**	32.149	4
JBS Argentina S.A.	**-**	**103**	-	2.017
Global Beef Trading SU Lda.	**2.956**	**-**	715	-
Austrália Meat	**-**	**982**	-	741
Toledo International NV	**39.540**	**1**	6.360	319
Weddel Limited	**4.709**	**-**	-	-
Sampco Inc.	**5.961**	**-**	1.655	-
JBS Leather Europe	**1.779**	**-**	-	-
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	**3.410**	**198**	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	**-**	**1.313**	-	7
Rigamonti Salumificio Spa	**-**	**21**	10.334	19
Itaholb International	**-**	**-**	1.414	1.192
Wonder Best Holding Company	**-**	**-**	11.929	-
Trump Asia Enterprise Ltd	**11.195**	**-**	20.070	-
Trustful Leather	**-**	**-**	4.203	-
JBS Paraguay	**-**	**2.412**	24	-
Outras partes relacionadas				
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	**11.681**	**1**	17.538	3.431
JBS Agropecuária Ltda.	**42**	**-**	178	2.984
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**8.567**	**474**	682	1
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	**23.317**	**10**	18.439	190
	200.286	**42.353**	**165.309**	**47.768**

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado da controladora:

	31.12.12			31.12.11		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
JBS Aves Ltda.	**18.678**	**72**	**45.765**	9.320	-	-
JBS Confinamento Ltda.	**14.037**	**242.765**	**2.792**	24.149	395.757	4.795
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**9.633**	**2.354**	**-**	10.984	63.005	3.657
JBS USA, Inc	**25.589**	**-**	**231.718**	(52.051)	-	62.036
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	**(1.976)**	**-**	**-**	(1.680)	-	-
JBS Itália SRL	**-**	**8.762**	**102.371**	-	590	61.846
Cascavel Couros Ltda	**1.681**	**16.105**	**168.330**	(1.641)	8.964	215.371
Novaprom Food Ingredients Ltda	**1.688**	**4.133**	**15.129**	1.729	3.614	9.946
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	**-**	**-**	**130.489**	-	-	116.903
JBS Argentina S.A	**-**	**11.795**	**-**	-	13.819	-
Global Beef Trading SU Lda.	**-**	**804**	**55.359**	-	-	130.572
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	**7.961**	**-**	**-**	13.302	-	-
Beef Snacks International	**430**	**-**	**-**	384	-	-
JBS HU Ltd	**(868)**	**-**	**-**	(7.433)	-	-
Australia Meat	**-**	**23.597**	**-**	-	12.964	-
Toledo International BV	**-**	**-**	**185.583**	-	-	98.355
JBS Leather Europe	**-**	**-**	**53.489**	-	-	6.471
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	**-**	**-**	**34.636**	-	-	-
Weddel Limited	**-**	**-**	**18.921**	-	-	2.386
Sampco Inc.	**-**	**-**	**165.686**	-	-	80.736
Frigorífico Canelones S.A.	**-**	**9.575**	**-**	-	8.331	-
Rigamonti Salumificio Spa	**-**	**-**	**15.607**	-	-	49.080
Wonder Best Holding Company	**-**	**-**	**14.301**	-	-	50.077
Trump Asia Enterprise Ltd	**-**	**-**	**143.961**	-	20	67.331
Trustful Leather	**-**	**-**	**31.180**	-	-	25.507
JBS Paraguay	**180**	**49.721**	**8**	245	-	17
Itaholb International	**-**	**-**	**1.553**	-	-	3.210
Outras partes relacionadas						
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	**-**	**8.510**	**115.988**	(24.628)	1.576	125.204
JBS Agropecuária Ltda.	**-**	**16.955**	**166**	-	56.299	2.610
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**-**	**1.335**	**68.505**	-	-	49.581
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	**-**	**5**	**174.959**	-	634	73.326
	77.033	**396.488**	**1.776.496**	**(27.320)**	**565.573**	**1.239.017**

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas com as captações similares de recursos em instituições financeiras, clientes e fornecedores.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado para abate entre a Companhia e a controlada JBS Confinamento e empresa ligada JBS Agropecuária. Tais operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido por essas partes relacionadas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de mútuo incidem juros e variação cambial, quando aplicável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa , assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Em 23 dezembro de 2010 a Companhia recebeu um adiantamento de sua subsidiária indireta Sampco Inc no montante de US$ 135,0 milhões (R$ 224.937) referente a um contrato de venda futura de carne com previsão de entrega em até três anos. O adiantamento está registrado sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis da controladora, sendo eliminado na consolidação.

O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2012 e 31 dezembro de 2011 foi de US$ 11.371 (R$ 23.237) e US$ 94,3 milhões (R$ 192.702), respectivamente.

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R$ 548.909 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 552.197 em 31 de dezembro de 2011), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

A Companhia, através de sua subsidiária JBS USA, possui o montante a receber de R$ 548.909 (R$ 491.465 em 31 de dezembro de 2011) referente a utilização da linha de crédito de até US$ 375 milhões, sobre a qual incide juros, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2016.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

Em junho de 2011, a J&F Australia firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Australia, conforme esse contrato, a J&F Australia deve vender para a JBS Austrália e esta deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado da J&F Austrália por ano.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R$ 60.732 em 31 de dezembro de 2011 referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.12.12	31.12.11
Beef Snacks do Brasil Ltda.	-	48.396
Beef Snacks International BV.	-	4.306
Jerky Snack Brands, Inc.	-	8.030
	-	**60.732**

Em 31 de dezembro de 2012 essas empresas passaram a ser subsidiárias indiretas integrais da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 1, item c.3).

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Membros	31.12.12	31.12.11
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	**15**	**7.268**	6.791
	15	**7.268**	**6.791**

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 R1 – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto "Joint ventures"

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Investimentos em controladas e coligada	**5.431.545**	5.995.157	**258.620**	-
Ágio em subsidiárias	**687.331**	1.566.417	**-**	-
	6.118.876	**7.561.574**	**258.620**	**-**

Na controladora:

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	99,00%	84.457	2	16.654	1.713	(13.180)
JBS Global Investments S.A.	100,00%	6.959	149.176	6.959	-	314
JBS Holding Internacional S.A.	100,00%	518.032	1.218.645	278.551	684.801	(138.998)
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.	100,00%	342.727	105.355	37.639	195.608	249
JBS Aves Ltda	100,00%	499.355	55.173	19.447	747.713	10.817
JBS USA, Inc.	99,93%	17.154.184	2.047.787	3.097.813	55.941.521	394.281
JBS Confinamento Ltda.	100,00%	580.040	473.401	428.050	289.745	(2.473)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	100,00%	111.467	176.891	80.819	92.641	9.280
JBS Leather Italia S.R.L.	100,00%	95.611	31.487	24.830	168.233	2.426
LLC Lesstor	70,00%	37.479	10	37.078	1.493	(5.495)
JBS Middle East	100,00%	60	1.014	25	121	(645)
JBS Leather Paraguay	97,50%	40	18	21	674	2
JBS Holding GMBH	100,00%	2.199.281	513.371	1.147.303	1.493.085	134.769
FG Holding III Ltda.	100,00%	75	53	75	-	4
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	97,99%	30.189	15.792	11.345	30.735	(1.120)
Em coligadas:						
Vigor Alimentos S.A.	21,12%	1.904.602	1.191.378	1.224.290	1.330.177	30.653

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio é reconhecido como um ativo intangível e os ativos e passivos adquiridos são consolidados na Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio é registrado em investimentos, o mesmo grupo de ativos não circulantes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Saldo em 31.12.11	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.12
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**29.536**	-	-	-	(13.048)	**16.488**
JBS Global Investments S.A.	**43.602**	(36.490)	(467)	-	314	**6.959**
JBS Holding Internacional S.A. [1]	**320.912**	110.178	-	(13.541)	(138.998)	**278.551**
JBS Global A/S [2]	**68.677**	(39.492)	4.834	2.269	(36.288)	**-**
JBS Global Luxembourg S.à.r.l. [2]	**-**	36.107	18	1.265	249	**37.639**
JBS Aves Ltda [3]	**(46.423)**	55.053	-	-	10.817	**19.447**
JBS USA, Inc. [4]	**3.356.247**	(919.020)	164.978	99.438	394.005	**3.095.648**
JBS Confinamento Ltda.	**424.523**	6.000	-	-	(2.473)	**428.050**
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.[5]	**184.829**	(111.304)	612	(2.598)	9.280	**80.819**
JBS Leather Italia S.R.L	**11.312**	8.930	2.162	-	2.426	**24.830**
CJSC Prodcontract	**(15.492)**	15.986	28	-	(522)	**-**
LLC Lesstor	**26.203**	-	3.598	-	(3.846)	**25.955**
JBS Middle East	**44**	631	(5)	-	(645)	**25**
JBS Leather Paraguay	**16**	-	2	-	2	**20**
JBS Holding GMBH	**893.569**	23.318	50.441	45.205	134.769	**1.147.302**
FG Holding III Ltda.	**-**	53	-	18	4	**75**
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	**(1.521)**	15.000	-	(1.676)	(686)	**11.117**
S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor [6]	**330.427**	(330.427)	-	-	-	**-**
Cascavel Couros Ltda [7]	**305.261**	(309.646)	-	2.237	2.148	**-**
Vigor Alimentos S.A. [8]	**-**	251.329	-	(20.241)	27.532	**258.620**
Subtotal	**5.931.721**	**(1.223.794)**	**226.201**	**112.376**	**385.040**	**5.431.545**
Provisão para perda de investimentos	**63.435**					**-**
Total	**5.995.157**					**5.431.545**

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis , refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

Abaixo segue detalhamento das principais adições e baixas dos investimentos do exercício:

[1]- JBS Holding Internacional S.A. - A Companhia efetuou capitalização de R$ 110.178 na JBS Holding Internacional S.A. através de capitalização de mútuo.

[2]- JBS Global A/S e JBS Global Luxembourg S.à.r.l. - Em 20 de dezembro de 2012, através de uma reestruturação societária com foco em otimização tributária, a Companhia encerrou sua participação societária na JBS Global A/S, subsidiária integral da Companhia cujo propósito era participar no capital de outras sociedades, e constituiu a JBS Global Luxembourg S.à.r.l. através de subscrição de capital inicial de EUR 13 mil (R$ 35), e posterior capitalização das participações societárias mantidas pela JBS Global A/S no montante de EUR 13.383 (R$ 36.072).

[3]- JBS Aves Ltda. – A Mouran Alimentos Ltda. estava com as suas operações paralisadas, foi renomeada para JBS Aves Ltda. em 2 de maio de 2012 e passou a operar no segmento de frango.

[4]- JBS USA, Inc. – Em fevereiro de 2012 a Companhia recebeu da JBS USA o montante de R$ 917.337 a título de dividendos.

[5]- JBS Slovakia Holdings, s.r.o.- Durante o exercício de 2009 a Companhia recebeu remessas de recursos de sua subsidiária indireta JBS HU Ltd, subsidiária integral da JBS Slovakia, previamente a título de mútuo, sendo que em fevereiro de 2012 tais mútuos foram realizados, como redução de capital na subsidiária.

[6]- S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor – Em janeiro de 2012, a Companhia baixou seu investimento direto na Vigor, a título de cessão para aumento de capital em sua coligada Vigor Alimentos.

[7]- Cascavel Couros Ltda – Conforme descrito no contexto operacional, em 27 de dezembro de 2012, a Companhia incorporou sua subsidiária integral, Cascavel Couros Ltda.

[8] Vigor Alimentos - A Companhia efetuou capitalização de R$ 1.191.373 na Vigor Alimentos, através de cessão, a valores contábeis, do investimento (R$ 330.427) e ágio (R$ 860.946) na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor. Adicionalmente, houve também a integralização inicial no montante R$5. Em junho de 2012 a Companhia baixou o valor do investimento na Vigor em decorrência da permuta de ações proporcionalmente a sua nova participação no montante de R$ 959.961, sendo parte desse valor, (R$ 22.272), referente à transação de capital.

O ágio transferido para a Vigor Alimentos, no montante de R$ 860.946, decorre de uma transação sob controle comum, ocorrida no dia 17 de janeiro de 2012. Naquela data, através dessa cessão, a Vigor Alimentos tornou-se detentora de 100% do capital social da Vigor, sem que tenha havido alteração no seu controle final, visto que a Companhia é detentora de 100% do capital social da Vigor Alimentos, ocorrendo apenas uma reestruturação societária.

O ágio apurado na aquisição da Vigor teve origem em novembro de 2007, pela incorporada Bertin S.A. Quando da posterior incorporação da Bertin pela Companhia, em dezembro de 2009, o ágio apurado contabilmente na aquisição da Vigor foi alocado entre as diversas unidades geradoras de caixa da Companhia, tendo sido atribuído o valor de R$ 860.946 às operações da Vigor.

No consolidado:

Refere-se à participação de 21,12% na Vigor Alimentos, conforme descrito na nota explicativa 1, item c.1).

11 Imobilizado

				Líquido	
Controladora	**Custo**	**Reavaliação**	**Depreciação acumulada**	**31.12.12**	**31.12.11**
Imóveis	2.855.409	116.616	(370.245)	**2.601.780**	2.557.025
Terra nua e terrenos	915.307	9.305	-	**924.612**	953.614
Máquinas e equipamentos	4.065.382	44.679	(921.522)	**3.188.539**	2.983.112
Instalações	865.846	21.737	(190.452)	**697.131**	641.365
Equipamentos de informática	184.483	701	(72.802)	**112.382**	139.685
Veículos	416.514	61	(148.494)	**268.081**	183.941
Obras em andamento	831.154	-	-	**831.154**	238.236
Outros	170.219	1.245	(27.506)	**143.958**	106.604
	10.304.314	**194.344**	**(1.731.021)**	**8.767.637**	**7.803.582**

				Líquido	
Consolidado	**Custo**	**Reavaliação**	**Depreciação acumulada**	**31.12.12**	**31.12.11**
Imóveis	6.127.959	116.616	(791.308)	**5.453.267**	5.280.707
Terra nua e terrenos	1.875.768	9.305	-	**1.885.073**	1.985.996
Máquinas e equipamentos	8.796.495	44.679	(2.939.685)	**5.901.489**	5.684.510
Instalações	884.428	21.737	(202.738)	**703.427**	682.273
Equipamentos de informática	353.567	701	(143.352)	**210.916**	208.511
Veículos	657.404	61	(323.195)	**334.270**	253.133
Obras em andamento	1.220.139	-	-	**1.220.139**	805.473
Outros	742.204	1.245	(244.390)	**499.059**	478.111
	20.657.964	**194.344**	**(4.644.668)**	**16.207.640**	**15.378.714**

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 31 de dezembro de			
	2012		**2011**	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Imóveis	2,83%	3,76%	3,09%	3,11%
Terra nua e terrenos	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
Máquinas e equipamentos	5,70%	8,22%	6,07%	6,11%
Instalações	4,83%	5,08%	5,89%	5,90%
Equipamentos de informática	12,48%	17,76%	6,74%	6,78%
Veículos	10,04%	10,41%	11,05%	11,08%
Outros	5,66%	8,13%	5,93%	5,88%

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.11	Adições líquidas de transferências	Incorporação Cascavel	Baixas	Depreciação	31.12.12
Imóveis	2.557.025	104.756	26.468	(2.297)	(84.172)	**2.601.780**
Terra nua e terrenos	953.614	1.647	219	(30.868)	-	**924.612**
Máquinas e equipamentos	2.983.112	427.813	31.652	(19.787)	(234.251)	**3.188.539**
Instalações	641.365	89.148	10.002	(546)	(42.838)	**697.131**
Equipamentos de informática [2]	139.685	(4.374)	251	(75)	(23.105)	**112.382**
Veículos	183.941	160.998	7	(35.041)	(41.824)	**268.081**
Obras em andamento [1]	238.236	592.964	-	(46)	-	**831.154**
Outros	106.604	42.097	407	(333)	(4.817)	**143.958**
	7.803.582	**1.415.049**	**69.006**	**(88.993)**	**(431.007)**	**8.767.637**

Consolidado	31.12.11	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Variação Cambial	Desconsolidação Vigor	31.12.12
Imóveis	5.280.707	365.532	(19.838)	(234.756)	224.481	(162.859)	**5.453.267**
Terra nua e terrenos	1.985.996	18.902	(39.106)	-	51.509	(132.228)	**1.885.073**
Máquinas e equipamentos	5.684.510	886.757	(29.279)	(727.174)	194.723	(108.048)	**5.901.489**
Instalações	682.273	98.256	(1.567)	(45.994)	143	(29.684)	**703.427**
Equipamentos de informática [2]	208.511	63.384	(1.463)	(62.905)	4.772	(1.383)	**210.916**
Veículos	253.133	185.744	(41.608)	(68.464)	5.789	(324)	**334.270**
Obras em andamento [1]	805.473	391.903	(11.965)	-	34.969	(241)	**1.220.139**
Outros	478.111	27.735	(5.050)	(60.421)	64.778	(6.094)	**499.059**
	15.378.714	**2.038.213**	**(149.876)**	**(1.199.714)**	**581.164**	**(440.861)**	**16.207.640**

[1] - Obras em andamento – As adições no montante de R$ 592.964 na Companhia, e R$ 391.903 no Consolidado incluem capitalização de juros no montante de R$ 16.852 e R$ 30.627 respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Parte do aumento em obras em andamento na controladora, com reflexo no consolidado, é decorrente, principalmente, das recentes aquisições de ativos pela Companhia. Os ativos são registrados como obras em andamento e subsequentemente transferidos para as respectivas contas de patrimônio a que se referem, vide nota 18.

[2] - Equipamentos de informática - As adições negativas no montante de R$ (4.374) na Companhia estão líquidas de transferências para ajuste de classificação, no montante de R$ 28.990, referente a equipamentos adquiridos no segundo trimestre de 2012 e foram transferidos para a linha de máquinas e equipamentos.

As despesas com depreciação são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas".

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 194.344, a reserva de reavaliação é de R$ 96.847 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 45.318. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 52.179.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2010 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 R1 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, encontram-se apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imobilizado em andamento	**790.883**	199.441	**1.147.013**	760.073
(+) custos de empréstimos capitalizados	**40.271**	38.795	**73.126**	45.400
	831.154	**238.236**	**1.220.139**	**805.473**

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperalidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 12.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ágio (de incorporações e em subsidiárias)	**9.069.926**	9.069.926	**10.351.556**	11.189.867
Marcas e patentes	**452.578**	452.575	**687.165**	665.005
Softwares	**9.460**	9.005	**15.810**	16.406
Direito de exploração do uso da água	**-**	-	**66.326**	60.840
Carteira de clientes	**-**	-	**584.551**	597.016
Outros intangíveis	**-**	-	**2.804**	3.485
	9.531.964	**9.531.506**	**11.708.212**	**12.532.619**

Movimentação do Intangível

Controladora	31.12.11	Incorporação Cascavel	Adição	Amortização [1]	31.12.12
Ágio de incorporadas	9.069.926	-	-	-	**9.069.926**
Marcas e patentes	452.575	3	-	-	**452.578**
Softwares	9.005	67	5.301	(4.913)	**9.460**
	9.531.506	**70**	**5.301**	**(4.913)**	**9.531.964**

Consolidado	31.12.11	Adição	Baixas	Amortização [1]	Variação Cambial	Desconsolidação Vigor	31.12.12
Ágio de incorporadas	11.189.867	-	(18.140)	-	42.233	(862.405)	**10.351.556**
Marcas e patentes	665.005	19	-	(909)	26.242	(3.192)	**687.165**
Softwares	16.406	6.368	-	(6.793)	566	(737)	**15.810**
Direito de exploração do uso da água	60.840	-	-	(90)	5.576	-	**66.326**
Carteira de clientes	597.016	-	-	(65.938)	53.473	-	**584.551**
Outros intangíveis	3.485	-	-	(991)	310	-	**2.804**
	12.532.619	**6.387**	**(18.140)**	**(74.721)**	**128.400**	**(866.334)**	**11.708.212**

[1] - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

As marcas e patentes, direito de exploração da água e o ágio possuem vida útil indefinida e o seus valores recuperáveis são validados anualmente pelo teste de valor recuperável.

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas".

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).
Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Detalhamento do Ágio

Na Companhia - Registrados como intangível (Ágio)

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios, representa o valor residual na apuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Na Combinação de Negócios foi alocado o montante de R$ 414.111 para as contas de imobilizado e intangível.

Na Companhia - Registrados como investimento (Ágio em subsidiárias)

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R$ 248.655, apresentando um valor líquido de R$ 657.826 em 31 de dezembro de 2012.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 70% do capital social da LLC Lesstor tendo apurado um ágio de R$ 13.461, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 16.044 , sendo referente os seguintes investimentos:
i) Novaprom Foods Ingredients - R$ 12.000
ii) Phitoderm - R$ 4.044

No consolidado - Registrados como intangível (Ágio)

A JBS USA possui ágio no montante de US$ 224,796 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R$ 459.371 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de $14.110 mil pesos, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R$ 5.870. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global Luxembourg possui ágio no montante de EUR 5.188 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R$ 13.984 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

Em janeiro de 2012, a Companhia transferiu o ágio apurado, através de sua incorporada Bertin que adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor, no valor de R$ 860.943, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, a titulo de aumento de capital em sua coligada Vigor Alimentos S.A., sendo assim o referido ágio não faz parte do intangível na data base de 31 de dezembro de 2012.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 115.074, referentes aos seguintes investimentos:
i) JBS Holding Inc - R$ 22.528
ii) Misr Cold - R$ 23.294
iii) Rigamonti - R$ 62.355
iv) Wonder Best - R$ 2.011
v) IFPSA - R$ 4.886

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 9,4% a 11,0% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

• Receitas de vendas – As receitas foram projetadas entre 2013 e 2022 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.

• Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.

• Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Commodities - Compra de gado	**621.664**	358.129	**1.658.863**	1.237.805
Materiais e serviços	**331.373**	293.258	**1.667.392**	1.830.650
Produtos acabados	**47.236**	14.988	**238.015**	255.431
	1.000.273	**666.375**	**3.564.270**	**3.323.886**

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda funcional do referido país de origem.

Passivo Circulante

		Controladora	
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.12**	**31.12.11**
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,88% a 5,20%	**2.866.405**	2.078.290
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	**721.888**	824.925
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**107.459**	98.798
Nota de crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	**8.837**	36.648
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	**-**	10.859
		3.704.589	**3.049.520**
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	**61.542**	80.853
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	**87.012**	225.926
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	**32.495**	153.456
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	**4.597**	6.308
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	**156.201**	257.186
Nota de crédito exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	**1.297.734**	796.672
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**617**	612
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**4.416**	4.150
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	**6.571**	-
Outros		**-**	19
		1.651.185	**1.525.182**
		5.355.774	**4.574.702**

Passivo Não Circulante

		Controladora	
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.12**	**31.12.11**
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	**623.756**	894.849
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**3.145.834**	2.895.159
Nota de credito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	**8.667**	15.912
		3.778.257	**3.805.920**
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	**173.894**	132.854
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	**-**	83.333
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	**1.322**	33.755
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	**118**	4.329
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	**2.082.037**	1.842.188
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	**736.386**	1.171.540
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**50**	650
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**16.642**	20.624
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	**7.179**	-
		3.017.628	**3.289.273**
		6.795.885	**7.095.193**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**5.355.774**	4.574.702
Passivo não circulante		**6.795.885**	7.095.193
		12.151.659	**11.669.895**
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2013		**-**	1.883.106
2014		**1.479.962**	1.163.976
2015		**1.382.980**	945.160
2016		**1.915.630**	1.394.493
2017		**164.877**	7.318
2018		**1.848.336**	1.697.233
2019		**2.880**	2.689
2020		**1.046**	1.045
2021		**174**	173
		6.795.885	**7.095.193**

Passivo Circulante

		Consolidado	
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.12**	**31.12.11**
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,88% a 5,20%	**2.906.352**	2.174.421
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	**783.394**	836.276
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**107.459**	104.919
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**-**	7.110
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	**8.837**	36.648
PPC - México revolver	TIIE+2,25%, Taxa Overnight +4,5%	**-**	54
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	**-**	1.249
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	**-**	10.859
		3.806.042	**3.171.536**

Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	**62.435**	81.037
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	**-**	152
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	**13.534**	1.726
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	**3.545**	3.001
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	**87.012**	225.926
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9% a 11,19%	**-**	92.495
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	**32.495**	153.456
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	**4.597**	6.308
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	**631**	2.339
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	**19.550**	17.514
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	**11.991**	11.816
Senior notes vencimento 2014	Juros de 11,625%	**28.178**	23.318
Senior notes vencimento 2020	Juros de 8,25%	**49.173**	-
Senior notes vencimento 2021	Juros de 7,25%	**8.025**	6.139
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	**3.576**	2.257
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	**727**	1.780
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	**47.160**	42.931
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**915**	229
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	**4.007**	3.554
Marshaltown	Juros de 2,34%	**41**	-
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	**156.201**	264.107
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**95.805**	98.565
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**39.536**	28.305
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	**129.007**	76.604
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	**1.297.734**	796.672
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**617**	1.362
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**4.416**	4.150
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	**-**	17.168
EGF	Juros de 6,75%	**-**	30.351
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	**106.527**	108.056
Finep	Juros de 4,5%	**1.747**	24
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	**6.571**	-
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5%	**50.125**	-
Outros		**26.978**	66.555
		2.292.856	**2.167.897**
		6.098.898	**5.339.433**

Passivo Não Circulante

		Consolidado	
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.12**	**31.12.11**
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	**623.756**	894.849
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**3.145.834**	3.082.739
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	**8.667**	15.912
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	**-**	22.851
		3.778.257	**4.016.351**

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	**176.647**	133.138
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	**-**	1.172
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	**-**	12.405
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	**31.110**	31.812
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	**-**	83.333
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	**1.322**	33.755
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	**118**	4.329
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	**16.182**	50.450
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	**933.526**	865.534
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	**146.302**	144.590
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	**1.400.846**	1.265.417
Senior note vencimento 2020	Juros de 8,25%	**1.395.253**	-
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	**1.291.968**	1.182.157
PPC - US Senior note vencimento em 2018	Juros de 7,875%	**999.408**	913.999
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	**196.595**	631.389
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	**1.091.517**	1.022.148
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**7.424**	7.310
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	**24.692**	26.059
Marshaltown	Juros de 2,34%	**19.581**	17.891
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	**2.082.037**	1.842.188
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**24.455**	32.187
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**3.712**	2.071
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	**736.386**	1.171.540
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**50**	1.693
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**16.642**	20.624
Finep	Juros de 4,5%	**8.837**	11.680
CDC	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	**7.179**	-
Outros		**-**	7.539
		10.611.789	**9.516.410**
		14.390.046	**13.532.761**

Passivo circulante	**6.098.898**	**5.339.433**
Passivo não circulante	**14.390.046**	**13.532.761**
	20.488.944	**18.872.194**

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

2013	**-**	1.949.326
2014	**4.245.577**	4.136.914
2015	**1.411.281**	980.346
2016	**2.072.807**	1.572.683
2017	**176.015**	199.347
2018	**3.762.264**	3.449.587
2019	**2.880**	4.148
2020	**1.412.395**	1.936
2021	**1.292.142**	1.182.330
Vencimentos após 2021	**14.685**	56.144
	14.390.046	**13.532.761**

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pela controlada JBS Argentina S.A. e representam US$ 1.422.242 em 31 de dezembro de 2012 (US$ 1.181.431 em 31 de dezembro de 2011), destinados a financiamento das operações de exportações.

CDC – Contrato de Financiamento de Capital de Giro, crédito tomado junto a instituições financeiras pela JBS S.A., para financiamento da frota de caminhões na divisão de transporte.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US$ 700 milhões por meio de US$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a três emissões de notas sob a regra 144-A: (i) Notas 2016 - JBS S.A no montante de US$ 300 milhões e com cupom de 10,50% a.a.; (ii) Notas 2016 da Bertin (sociedade da qual a Companhia é sucessora) no montante de US$ 350 milhões e cupom de 10,25% a.a. e (iii) Notas 2018 - JBS S.A. no montante de US$ 900 milhões e cupom de 8,25% a.a..

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

ABL (Asset Based Loan) – Em 12 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US$ 850 milhões, com uma taxa de LIBOR + 1,75% ao ano e vencimento em 5 anos.

Term Loan B - Em 27 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US$ 475 milhões com prazo de 7 anos e custo de LIBOR + 3% ao ano.

Term Loan A - Em 14 de junho de 2011 a subsidiária indireta JBS Five Rivers efetuou a captação de US$ 85 milhões com prazo de 5 anos e custo de LIBOR + 2,75% ao ano.

Nota de crédito Rural – Refere-se à captação pela controlada JBS Aves de recursos com a Caixa Econômica Federal, com o propósito de fomentar a cadeia produtiva (rural). O pagamento será efetuado dentro do prazo de um ano, tendo como garantidor a J&F Participações S.A.

15 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2012, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da controladora e de suas subsidiárias.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas com vencimento em 2016, com valor principal total de US$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Em 19 de abril de 2012, a Companhia anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 2016 para alterar a restrição aos pagamentos restritos, para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a Companhia recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (conforme definida na escritura de emissão que rege as Notas 2016) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016, sujeita a determinadas exceções. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 da Bertin, no valor principal total de US$ 350 milhões, em 13 de outubro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações das Notas 2016 da Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Em 19 de abril de 2012, a Companhia anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 2016 da Bertin para alterar a restrição aos pagamentos restritos, para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a Companhia recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que limitam a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 da Bertin estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ainda, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

• incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
• criar ônus;
• vender ou alienar ativos;
• pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
• de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
• celebrar transações com partes relacionadas;
• celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
• alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Garantia da linha de crédito da J&F Oklahoma - Em 07 de outubro de 2008, a J&F Oklahoma celebrou uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US$600 milhões. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e pelos ativos líquidos da JBS Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da JBS Five Rivers de acordo com contratos de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US$800 milhões com vencimento em 23 de setembro de 2014.

Em 14 de junho de 2011, a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers firmaram um terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US$1,0 bilhão e para adicionar a J&F Austrália como mutuário da linha. A nova linha de crédito após o aditamento possui vencimento em 14 de Junho de 2015. Em 6 de março de 2012 a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers assinaram uma alteração ao terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US$ 1,2 bilhões. Empréstimos nesta linha de crédito incorrem juros em taxas variáveis com base na LIBOR aplicável mais 2,25%, ou com base na taxa prime mais 1%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2012, nenhum empréstimo era utilizado sob as letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US$109,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, a J&F Oklahoma tinha US$915,2 milhões e US$849,2 milhões, respectivamente, como saldos dos empréstimos desta linha de crédito.

O contrato de crédito é caucionado pelas contas recebíveis e estoques da J&F Oklahoma e também por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers. Entre outras exigências, a linha de crédito exige que a J&F Oklahoma mantenha certas razões financeiras, níveis mínimos de valor líquido e estabelecer limites em certos tipos de pagamentos, incluindo dividendos, investimentos e dispêndios de capital. Na maioria dos casos, o banco considera a posição e os resultados da J&F Oklahoma juntamente com os da JBS Five Rivers. A controladora da J&F Oklahoma celebrou um acordo keep-well no qual deverá fazer contribuições a J&F Oklahoma se a mesma não estiver em conformidade com os covenants contidas nesta linha de crédito. Se a J&F Oklahoma inadimplir com suas obrigações sob a linha de crédito e tal inadimplemento não for solvido pela controladora sob o acordo keepwell, a JBS Five River fica responsável por até US$250,0 milhões dos empréstimos garantidos somados a certas outras obrigações e custos sob esta linha de crédito. Em 31 de dezembro de 2012, a J&F Oklahoma estava em conformidade com as restrições financeiras (covenants) desta linha de crédito.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a JBS Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Em 26 de setembro de 2011, esta linha foi aditada e os juros passaram a incidir à taxa LIBOR anual acrescida de 2,75%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010 para que seu vencimento passasse a ser em 11 de setembro de 2016. Em 14 de junho de 2011, a linha de crédito foi novamente aditada, desta vez com o fim de aumentar o limite de crédito para US$375,0 milhões. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2012 era de 3,1%. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, os saldos da linha de crédito eram US$262,0 milhões e US$268,6 milhões, respectivamente.

Entidades de participação variável – Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA Holdings possuía participação variável na J&F Oklahoma, que é considerada uma entidade de participação variável. Uma vez que o propósito do negócio da J&F Oklahoma é a propriedade de animais e o fato dos riscos e recompensas de possuir gado para confinamento e gado gordo serem da J&F Oklahoma, a JBS USA Holdings determinou que ela mesma é uma beneficiária não primária da J&F Oklahoma, embora esta tenha significativas participações variáveis na entidade. Portanto, os resultados da J&F Oklahoma não são consolidados nas demonstrações contábeis consolidadas. As significativas participações variáveis da JBS USA Holdings estão listadas abaixo e são discutidas mais acima:

- A JBS Five Rivers tem um acordo para fornecer até US$375,0 milhões em empréstimos para a J&F Oklahoma;
- A JBS Five Rivers garante até US$250,0 milhões dos empréstimos da Oklahoma sob a linha de crédito rotativo desta acrescidos de algumas outras obrigações e custos, que são garantidos pela e limitados aos ativos líquidos da JBS Five Rivers;
- Direitos e obrigações da JBS Five Rivers segundo o acordo de incentivo anual; e
- Direito e obrigações da JBS USA segundo o acordo de compra e venda de gado

A exposição máxima da JBS USA Holdings às perdas relativas à estas participações variáveis é limitada a US$375,0 milhões. Perdas potenciais segundo os termos do contrato de hospedagem e compra e venda de gado dependem das condições do mercado futuro e não podem ser quantificadas. Em 27 de maio de 2011, a JBS USA contribuiu com US$35,0 milhões na JBS Five Rivers. Estes fundos foram contribuídos com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 31 de dezembro de 2012, o valor carregado dos ativos líquidos da JBS Five Rivers foi de US$455,4 milhões.

Descrição dos empréstimos da JBS USA

Linha de Crédito ANZ — Em 02 de Março de 2011, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito de A$35,0 milhões com o fim de financiar suas necessidades de capital de giro. A linha de crédito tinha taxa de juros igual a Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") adicionada uma margem de 2%. A linha de crédito foi cancelada em 10 de fevereiro de 2012.

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA celebrou uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia (“Contrato de Crédito”) que permitiu a tomada de empréstimos de até US$400,0 milhões. Cerca de US$75,0 milhões do Contrato de Crédito estavam disponíveis para a emissão de Cartas de Crédito.

Em 30 de junho de 2011, a JBS USA e a JBS Austrália emitiram o Contrato de Crédito Rotativo Sindicado ("Crédito Rotativo") afim de aditar o Contrato de Crédito. A linha de crédito fornece uma disponibilidade máxima de US$850,0 milhões, disponível em três tranches de US$625,0 milhões, US$150,0 milhões e US$75,0 milhões. A linha de crédito tem vencimento de 30 de Junho de 2016. Até US$250,0 milhões do Contrato de Crédito Rotativo está disponível para a emissão de Cartas de Crédito. Em 26 de janeiro de 2012, a JBS USA e a JBS Austrália assinaram a primeira alteração do contrato de Crédito Rotativo para, principalmente, incluir um sub-crédito de US$35,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência para a JBS Austrália, que permitirá à JBS Austrália obter financiamentos no mesmo dia sob a linha de Crédito Rotativo. Os empréstimos incorrem juros com base na taxa LIBOR aplicável ou na taxa prime adicionada das margens aplicáveis, que são baseadas na utilização da linha.

Disponibilidade: A disponibilidade do Crédito Rotativo é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. Em 31 de dezembro de 2012 havia um saldo de US$87,8 milhões em letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US$750,8 milhões.

Garantias e Cauções: Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Crédito Rotativo Sindicado são garantidos pela Companhia, JBS Hungary Holdings, Kft., pela JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidentes sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos.

Covenants: O Crédito Rotativo contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de índice de cobertura de encargos de não menos do que 1,00 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 10% das obrigações totais ou US$72 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivas quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

Eventos de Inadimplemento: O Crédito Rotativo contém cláusulas relativas à eventos de inadimplemento de praxe, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no contrato de Crédito Rotativo, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplemento sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Crédito Rotativo. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todos os covenants.

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota incorre juros à taxa LIBOR adicionada de uma margem de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no início de cada mês. A nota tem vencimento em 1 de agosto de 2013.

Linha de crédito ANZ garantida – A JBS Austrália contratou uma linha de crédito não garantida em dólares australianos ("A$") no valor de A$120,0 milhões em 26 de fevereiro de 2008 para financiar as necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha foi encerrada em 1 de outubro de 2009; porém a JBS Australia prorrogou a porção das cartas de crédito desta linha de crédito por meio de uma conta com caixa em colateral. Em 5 de maio de 2010, a linha foi revisada com o fim de equalizar as condições das cartas de crédito correntes, atingindo um limite de A$1,9 milhões. Em 7 de março de 2011, a JBS Australia substituiu a linha de crédito não garantida por uma linha de crédito garantida, aumentando o limite da carta de crédito de standby para A$32,5 milhões e adicionou o valor de A$20,0 milhões à linha de crédito de money market, sujeito a uma revisão anual. Em 27 de abril de 2012, a linha de crédito foi alterada, agregando um limite de carta de trade finance de A$5,0 milhões e um limite de A$26,0 milhões de um limite de carta de crédito standby . Em 11 de setembro de 2011, a linha de crédito foi atualizada para proporcionar um limite de A$55,0 milhões de empréstimos de trade finance e um limite de A$26,0 milhões de carta de crédito standby, sujeito a uma revisão anual. Em 31 de dezembro de 2012 não existia saldo pendente sob a linha de empréstimos de trade finance e o montante das cartas de crédito era de US$27,0 milhões.

Empréstimo rotativo de A$250 milhões a pagar entre JBS USA e JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A$350,0 milhões. Em 2 de fevereiro de 2011, a nota foi alterada para aumentar a quantidade máxima de adiantamentos a A$400,0 milhões. Em 6 de julho de 2011, a nota foi alterada para reduzir a margem da taxa de juros de 3% sobre o BBSY para 2%. Em 7 de novembro de 2011, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de dezembro de 2013 e para fazer a margem da taxa de juros igual ao Revolver Bill Rate Spread como definido no Crédito Rotativo em vigor no momento em que um adiantamento é feito. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de dezembro de 2012 era de 4,8%.

Empréstimo rotativo de A$50 milhões a receber da JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Austrália no valor de A$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3%, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Esta nota venceu em 4 de maio de 2012.

Empréstimo rotativo de US$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA com disponibilidade de empréstimo de até US$50 milhões e com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5%, com a finalidade de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação. A nota venceu em 31 de março de 2012.

Empréstimo de US$10 milhões a receber da Weddel Limited - Em 10 de maio de 2011, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Weddel Limited ("Weddel"), uma subsidiária integral da JBS USA Holdings, com juros baseados na taxa prime dos Estados Unidos adicionada de uma margem de 2,0%, com vencimento em 10 de Maio de 2012. Em 8 de maio de 2012 as notas foram alteradas para estender a data de vencimento para 31 de março de 2013. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2012 era de 5,3%. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Empréstimo de US$50 milhões a receber da JBS Five Rivers - Em 27 de maio de 2010, a JBS USA emitiu um empréstimo de US$50,0 milhões em mútuo para a JBS Five Rivers com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de 2,25%. Este empréstimo venceu em 27 de maio de 2012. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação.

Nota de crédito rotativo de US$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings - Em 02 de junho de 2011, a JBS USA emitiu uma nota de crédito rotativo de US$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings. A nota incorre em uma taxa variável anual igual a LIBOR acrescida de 3%. Em 25 de janeiro de 2012 a JBS USA Holdings alterou a nota de crédito rotativo com a JBS USA para aumentar o valor máximo para US$3,0 bilhões. O saldo principal e os juros são devidos e pagáveis sob demanda da JBS USA a qualquer tempo após 30 de junho de 2015. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2012 era de 3,4%. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Contrato de Empréstimo Subordinado entre a PPC e a JBS USA Holdings - Em 23 de junho de 2011, a PPC firmou com a JBS USA Holdings o Contrato de Empréstimo Subordinado (o "Contrato de Empréstimo Subordinado"), no qual a última forneceu um compromisso de empréstimo de US$100,0 milhões. Em 23 de junho de 2011, a JBS USA Holdings fez um empréstimo para a PPC com montante principal de US$50,0 milhões. Adicionalmente, a JBS USA Holdings concordou em fazer um empréstimo adicional único de US$50,0 milhões caso a disponibilidade da PPC sob o compromisso de crédito rotativo sob a Linha de Crédito EUA esteja, a qualquer momento, menor que US$200,0 milhões. Esta nota é eliminada na consolidação. Em 07 de março de 2012, em concordância com a Oferta de Direitos da PPC, os compromissos sob o Contrato de Empréstimo Subordinado foram terminados e o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Cartas de Crédito da JBS USA - Em 26 de outubro de 2011 e 4 de novembro de 2011, a JBS USA concordou em fornecer cartas de crédito no valor de US$ 40,0 milhões e US$ 16,5 milhões, respectivamente, a uma companhia de seguros a serviço da PPC, a fim de permitir que a empresa de seguros devolva o dinheiro que detinha como garantia de possíveis compensações de trabalhadores, auto e reclamações gerais de responsabilidade da PPC. Como retorno destas cartas de crédito, a PPC está reembolsando JBS USA pelo custo que a PPC teria incorrido sob seu contrato de crédito rotativo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA reduziu as despesas líquidas com juros em US$0,6 milhões e US$2,4 milhões, respectivamente, como resultado do reembolso da PPC.

Nota de US$20 milhões da Sampco – Em 15 de março de 2012 a Sampco firmou uma nota promissória rotativa no valor de US$20,0 milhões com a JBS USA com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3,0%. Em 22 de maio de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US$50 milhões. Em 18 de setembro de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US$100,0 milhões. O valor principal e dos juros são devidos e pagáveis sob demanda da Sampco a qualquer momento depois de 31 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de juros era de 3,3%. A nota promissória rotativa é eliminada na consolidação.

Nota de US$ 100 milhões da JBS Five Rivers - Em 20 de abril de 2012, a JBS USA Holdings firmou uma nota promissória rotativa de US$100,0 milhões com a JBS Five Rivers com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3%, e vencimento em 20 de abril de 2013, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Esta nota é eliminada na consolidação.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – Em 20 de dezembro de 2010, as subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, a JBS USA, LLC e a JBS Plainwell, Inc. emitiram as notas 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo a US$16,0 milhões, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de abril de 2011. O pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de outubro de 2011.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US$9,8 milhões ao juros de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US$7,2 milhões ("Empréstimo A") foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em Depósitos Judiciais e Outros no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US$2,6 milhões ("Empréstimo B") foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. Ao final dos sete anos há a opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US$1,0 mil ou uma opção de venda (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal de juros pagos mensalmente e um pagamento do principal restante em março de 2046. O Empréstimo B continuará a pagar somente os juros Loan B até 2046, data de vencimento do principal e dos juros.

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a JBS Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o "Departamento") que concedeu cerca de A$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da JBS Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A$3,6 milhões, A$3,6 milhões e até A$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Em 7 de setembro de 2012, este empréstimo foi encerrado devido ao fechamento da planta localizada em King Island, Tasmânia, e todos os juros acumulados e o saldo pendente foram pagos integralmente.

Cada empréstimo não acumula juros durante os três anos iniciais, após esse período passam a acumular juros a taxa de custo dos fundos do Departamento entre os anos quatro e nove, e então, acumulam juros a taxa comercial variável do Departamento para os anos 10 ao 15. Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e devido quando da notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas. Devido ao fechamento da planta de King Island, este empréstimo foi encerrado em 7 de setembro de 2012 e os juros e o principal foram pagos em sua totalidade.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em outubro de 2010, a JBS USA Holdings adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US$3,1 milhões e US$17,0 milhões. As hipotecas são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de novembro de 2010.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. ("Sampco"), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Em 1 de abril de 2012, a JBS USA Holdings e a Sampco alteraram a nota promissória rotativa para aumentar a taxa de juros para a LIBOR de três meses acrescidos de uma margem de 3% e para estender a data de vencimento para 31 de março de 2014. Esse empréstimo é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. ("JBS USA Trading"), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US$25,0 milhões. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, no valor de US$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram Notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Crédito Rotativo (sujeito à determinadas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, a partir de 1 de novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Em 19 de abril de 2012, a JBS USA anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 11,625% com vencimento em 2014 para alterar a restrição aos pagamentos restritos com relação à JBS S.A., para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a JBS USA recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Covenants: A escritura para as Notas 11,625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplemento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todos os covenants.

Notas 7,25% com vencimento em 2021 - Em 27 de maio de 2011,a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 7,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US$650,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias.

Os juros nestas Notas incorrem a uma taxa de 7,25% ao ano e devidos semestralmente em parcelas em 1 de junho e 1 de dezembro de cada ano, iniciando em 1 de dezembro de 2011. O valor principal dessas Notas deverá ser pago integralmente em 1 de junho de 2021. O desconto original de emissão de aproximadamente US$11,3 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas. Os covenants destas Notas incluem restrições contratuais de praxe e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 11,625% com vencimento em 2014. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011, JBS USA contraiu um contrato de crédito que consistia em uma linha de crédito de US$475,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo com a JBS USA Holdings, para futura transferência para a Companhia, para financiar o repagamento das dívidas de curto e médio prazos da JBS S.A.. O empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Ktf., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA.

Juros em empréstimos Eurodollar são devidos ao final do período de juros associado enquanto que os juros em empréstimos ABR são devidos no último dia de cada trimestre. Iniciando em 30 de setembro de 2011 e continuando até seu vencimento, 0,25% do montante principal total de US$475,0 milhões serão devidos no último dia útil de cada trimestre. O saldo principal em aberto será devido em 25 de maio de 2018. O desconto original de emissão de aproximadamente US$2,4 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa Nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todas os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011, a JBS Five Rivers contraiu uma linha de crédito de empréstimo de US$85,0 milhões com vencimento em 14 de junho de 2016. O repagamento do empréstimo deve ser feito em 20 parcelas trimestrais no montante de US$1,4 milhões, no último dia útil de cada trimestre, com o saldo principal remanescente sendo devido no vencimento. Empréstimos sob esta linha incorrem em juros variáveis, com base na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, ou com base na taxa prime acrescida de 1,5%. O fundo proveniente desta linha serão adiantados a J&F Oklahoma Holdings, Inc. ("J&F Oklahoma") sob a Nota de Recebível da J&F Oklahoma. A linha de crédito é garantida por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers e recebíveis e estoques da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é garantidora do contrato da linha de crédito de empréstimo e a mesma pode vir a ser requerida para quitar o saldo em aberto e outras obrigações e custos sob a linha de crédito como parte de sua garantia, apesar de isso não ser provável no momento.

Covenants: O empréstimo de US$85 milhões com vencimento em 2016 possui restrições que limitam a capacidade da JBS Five Rivers e suas subsidiárias de, entre outras coisas:
- contrair dívidas adicionais;
- criar ônus de propriedade, receita e ativos;
- realizar determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar determinados dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- dissolver, consolidar, fundir ou adquirir ativos e negócios de outras entidades;
- entrar em novas linhas de negócios;
- entrar em determinadas transações com afiliados;
- emitir, vender, transferir, ou alienar participações acionárias;
- entrar em determinadas operações de hedge;
- alocar mais do que uma certa quantidade de gado próprio em propriedades não pertencentes à JBS Five Rivers;
- entrar em determinadas joint ventures de engorda de bovinos que contenham restrições em penhores ou transferências de direitos no contrato da joint venture; e
- fazer certos adiantamentos a clientes acima de determinados limites.

Eventos de inadimplemento: A Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 possui eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência, alguns eventos relacionados com o Employee Retirement Income Security Acto de 1974 ("ERISA"), e a não conformidade com os termos do Plano de Sucessão Executiva da J&F Oklahoma Holdings, Inc. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, e exercer recursos sob os documentos colaterais relacionados ao empréstimo a prazo de US$85,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS Five Rivers estava em conformidade com todos os covenants.

Notas 8,25% com vencimento em 2020 – Em 30 de janeiro de 2012, a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 8,25% com vencimento em 2020 e valor principal de US$700,0 milhões. Os fundos serão utilizados (i) para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos e (ii) para propósitos corporativos gerais. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 8,25% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de fevereiro e 1 de agosto de cada ano, a partir de 1 de agosto de 2012. O principal vence integralmente em 1 de fevereiro de 2020. O desconto original de emissão de aproximadamente US$10,0 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.
As notas contém restrições contratuais (covenants) e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 11,625% com vencimento em 2014. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Descrição do endividamento da PPC

Linha de Crédito EUA - PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram uma linha de credito (“Linha de Crédito EUA”), anteriormente denominada como Linha de Crédito de Saída, com o Banco ACB como agente administrativo e garantidor, e outros credores, os quais atualmente provêm um compromisso de crédito rotativo de US$700,0 milhões e um compromisso de crédito de vencimento B ("Vencimentos B"). Esta linha de crédito também inclui uma cláusula que permite à PPC, a qualquer tempo, aumentar o limite do compromisso de crédito rotativo em até US$100,0 milhões adicionais e aumentar o limite dos Vencimentos B em até US$400,0 milhões adicionais, sendo que cada caso está sujeito a determinadas condições, incluindo um limite de US$1,9 bilhões sobre todos os compromissos de crédito sob a Linha de Crédito EUA.

Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US$700,0 milhões. Em 22 de abril de 2011 a PPC aumentou o valor do sub-limite para empréstimos de curto prazo de emergência sob a Linha de Crédito de Saída para US$100,0 milhões. Os compromissos de empréstimos de Vencimentos A foram pagos em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das notas seniores e sem garantia co vencimento em 2018. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em abril de 2011, a PPC utilizou aproximadamente US$46,3 milhões de seu fluxo de caixa para pagar o valor principal pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B. Após a realização deste pré-pagamento e outros pré-pagamentos, os Vencimentos B devem ser pagos em 16 pagamentos trimestrais de aproximadamente US$3,9 milhões, começando em 15 de abril de 2011, com o final dos pagamentos em 28 de dezembro de 2014. Em 2011 a PPC não teve excesso de fluxo de caixa para ser utilizado no repagamento do valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. A Linha de Crédito EUA também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas específicas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Credito EUA. Os recursos recebidos pela PPC provenientes da Oferta de Direitos não estavam sujeitos a estes requistos.

Os empréstimos da PPC sob a Linha de Crédito EUA estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída, o CoBank ACB. Em 31 de dezembro de 2012, o valor pendente das cartas de crédito era de US$24,6 milhões, e o montante disponível para empréstimos era de US$529,9 milhões.

A Linha de Crédito EUA contém uma série de restrições contratuais ("covenants") que restringem a capacidade da PPC de, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, participar de determinadas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Em 23 de junho de 2011 e 16 de dezembro de 2011, a PPC alterou a Linha de Crédito de Saída, que, entre outras coisas: (i) suspendeu temporariamente a exigência da PPC de cumprir as restrições contratuais do índice de cobertura de despesas financeiras e da alavancagem financeira das dívidas com garantia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012; (ii) alterou o índice de cobertura e a alavancagem financeira das dívidas com garantia para que o período em que requisito para conformar com os covenants passasse a ser o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a PPC possa calcular estas restrições financeiras com base em um número especificado de trimestres fiscais selecionados pela PPC; (iii) modificou a restrição contratual do tangível líquido consolidado para que a PPC mantenha tangível líquido consolidado de pelo menos US$ 450,0 milhões mais 50,0% do lucro líquido acumulado (excluindo quaisquer perdas) da PPC de 16 de dezembro de 2011 até a data de cálculo e (iv) aumentou a alavancagem garantida máxima permitida , determinada para qualquer período de seus trimestres fiscais consecutivos, terminados no último dia de cada trimestre fiscal, para ser maior que 4,00:1,00 para períodos calculados a partir de 24 de setembro de 2012. A PPC está atualmente em conformidade com a restrição sobre a modificação do tangível líquido.

Todas as obrigações sobre a Linha de Crédito EUA são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e seguradas por penhor em ordem de prioridade em (i) contas a receber e estoques da PPC, de suas subsidiárias nacionais e suas subsidiárias em Porto Rico, (ii) 65% das participações nas subsidiárias diretas estrangeiras e 100% das participações em outras subsidiárias e , (iii) substancialmente toda a propriedade pessoal e intangíveis dos tomadores de crédito e garantidores sobre a Linha de Crédito EUA e (iv) substancialmente todos os imóveis e ativos fixos da PPC e suas subsidiárias garantidoras sobre a Linha de Crédito EUA.

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - Notas 2018 da PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US$500,0 milhões e juros de 7,875% ao ano com vencimento em 2018 ("Notas 2018 da PPC"). As Notas 2018 da PPC são sem garantias, mas são garantidas por uma das subsidiárias da PPC. Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. A escritura das Notas 2018 da PPC contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas. A PPC posteriormente trocou as notas para as notas substancialmente idênticas registradas sob o Securities Act de 1933.

Linha de Crédito México - Em 19 de outubro de 2011, Avícola Pilgrim's Pride de México, S.A. de C.V., Pilgrim's Pride S. de R.L. de C.V. e determinadas subsidiárias (as "Partes Tomadoras de Empréstimo"), celebraram um contrato de crédito alterado e reformulado (o "Linha de Crédito México"), com o ING Bank (México), SA Institución de Banca Múltiple, ING Grupo Financeiro, como credor e ING Capital , LLC, na qualidade de agente administrativo. A Linha de Crédito México tem vencimento em 25 de setembro de 2014. A Linha de Crédito México é garantida por substancialmente todos os ativos das subsidiárias do México da Pilgrim's Pride. Em 31 de dezembro de 2012, o equivalente em dólares americanos dos compromissos de empréstimos sob a Linha de Crédito México era de US$ 42,8 milhões.

16 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Salários e encargos sociais	**99.782**	150.414	**319.532**	333.678
Provisões para férias, 13º salário e encargos	**116.946**	99.463	**989.110**	900.978
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	**-**	-	**8.886**	211.528
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	**88**	757	**892**	1.616
ICMS / VAT / GST a recolher	**10.196**	11.826	**20.539**	23.799
PIS e COFINS a recolher	**4**	348	**131**	521
Parcelamentos fiscais	**184.738**	-	**185.470**	271.762
Outros	**87.834**	85.055	**284.565**	318.621
	499.588	**347.863**	**1.809.125**	**2.062.503**
Passivo circulante	**361.741**	347.863	**1.284.895**	1.378.691
Passivo não circulante	**137.847**	**-**	**524.230**	683.812
	499.588	**347.863**	**1.809.125**	**2.062.503**

17 Dividendos declarados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Dividendos declarados	**170.749**	-	**170.749**	-
	170.749	**-**	**170.749**	**-**

A Companhia declarou dividendos de R$ 170.749 a serem submetidos à Assembleia Geral dos Acionistas para aprovação conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	**718.938**	-
Reserva legal - (5%)	**(35.947)**	-
Base ajustada para cálculo dos dividendos	**682.991**	-
Dividendos obrigatórios (25%)	**170.749**	-
Dividendos declarados	**170.749**	**-**

18 Débito com terceiros para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Circulante	**112.712**	10.589	**112.712**	10.589
Não circulante	**95.142**	2.048	**95.142**	2.048
	207.854	**12.637**	**207.854**	**12.637**

Os débitos com terceiros para investimentos referem-se basicamente a aquisições de imobilizados e outros complexos industriais, localizados nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e São Paulo.

19 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias (principalmente amortização do ágio).

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da tributação	**1.256.588**	**(160.407)**	**1.382.286**	**(230.108)**
Imposto de renda e contribuição social à taxa				
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	**(427.240)**	54.538	**(469.977)**	78.237
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(Adições) exclusões, substancialmente equivalência patrimonial e ágio (tributos equivalentes de outros países)	**(110.410)**	30.164	**(149.419)**	(171.014)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(537.650)**	**84.702**	**(619.396)**	**(92.777)**
Taxa efetiva	**42,79%**	-52,80%	**44,81%**	40,32%

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social correntes	**2.424**	2.710	**(176.742)**	(520.711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(540.074)**	81.992	**(442.654)**	427.934
	(537.650)	**84.702**	**(619.396)**	**(92.777)**

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	**418.038**	356.459	**1.220.582**	1.148.817
PASSIVO				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**1.243.819**	646.257	**2.497.338**	1.827.189
Total Líquido	**825.781**	**289.798**	**1.276.756**	**678.372**

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em coligada e controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

20 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Trabalhistas	**53.838**	47.646	**75.685**	71.004
Cíveis	**9.277**	6.863	**33.524**	36.284
Fiscais e previdenciários	**92.041**	86.466	**94.152**	144.272
Total	**155.156**	**140.975**	**203.361**	**251.560**

Movimentação das provisões

	31.12.11	Adição	Baixas	Variação cambial	Incorporação Cascavel	Desconsolidação Vigor	31.12.12
Controladora	**140.975**	10.027	-	-	4.154	-	**155.156**
Consolidado	**251.560**	5.106	(53.229)	2.791	-	(2.867)	**203.361**

Processos fiscais e previdenciários

a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 1.349.200 em 31 de dezembro de 2012. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcí-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R$ 640.924. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando perda como remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R$ 410.941.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, tendo em vista que não há decisão final do Mandado de Segurança supra mencionado.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 363.852/MG e 596.177/RS. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como remota.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 768 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R$ 92.041 em 31 de dezembro de 2012.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia era parte em 8.943 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R$ 1.083.189. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R$ 53.838 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada. A probabilidade de perda é considerada remota.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R$ 100.000 e ressarcimento no importe de R$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é baixo, razão pela qual provisionou o valor de R$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 8.677 sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R$ 31.192, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é representado por 2.943.644.008 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra f) abaixo, 97.519.895 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.376.634.735 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de capital

Composta por ágio na emissão de ações, derivados do IPO no exercício de 2007.

c) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

d) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia, aprovou o cancelamento das 97.519.895 ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, sem redução do capital social.

O cancelamento das ações mantidas em tesouraria foi contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra reserva integralizada (reserva de capital), pelo custo médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Em 21 de junho de 2012, foi realizado o Leilão da Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A., conforme já mencionado anteriormente, Mediante Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A. ("OPA de Permuta") Em decorrência da OPA de Permuta, a Companhia adquiriu 117.800.183 ações de sua própria emissão, pelo preço de R$ 7,96 por ação. Adicionalmente, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R$ 324.

A aquisição das ações em decorrência da OPA de Permuta, bem como os custos de transação, foram contabilizados como um aumento nas ações em tesouraria contra o investimento que a Companhia detinha na Vigor, cujo detalhamento segue descrito no item (h) Transações de capital.

Em 14 de agosto de 2012, o Conselho de Administração, conforme disposto pelo Estatuto Social da Companhia, aprovou o cancelamento de 20.280.288 ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, sem redução do capital social, as quais haviam sido adquiridas pela Companhia no âmbito da OPA de Permuta, conforme previsto no item 5.17 do Edital da OPA de Permuta e atendidas as exigências da Instrução Normativa nº 10 da Comissão de Valores Mobiliários.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	R$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**97.186.795**	**610.550**
Recompra	333.100	2.028
Permuta de ações Vigor	117.800.183	937.689
Cancelamento	(117.800.183)	(774.065)
Custo de Transação	-	324
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**97.519.895**	**776.526**

g) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

h) Transações de capital

De acordo com o IAS 37/CPC 36 R2 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.
Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

Operações relevantes ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Conforme mencionado na nota explicativa 1c), através da OPA de Permuta, a Companhia que até então detinha a totalidade (100%) das Ações da Vigor, passou a deter 21,32% do total de Ações, cedendo a maior parte de sua participação, equivalente a 44,62% do total de ações da Vigor, à FB Participações S.A., controladora da JBS S.A, e apesar de a Companhia reduzir o seu percentual de participação e perder o controle individualmente sobre a Vigor, o controle da mesma ainda é mantido no mesmo grupo econômico, ou seja, caracteriza-se como transações com sócios e por isso, os resultados dessa transação foram registrados sobre a rubrica de Transações de Capital, cujos detalhamento segue abaixo:

- Baixa do investimento em Vigor:

Quantidade de ações:		117.800.183
Valor da ação em reais:	R$	8,15
Valor da baixa do investimento:	R$	959.961

- Permuta (Recebimento de Ações em Tesouraria):

Quantidade de ações:		117.800.183
Valor da ação em reais:	R$	7,96
Valor das ações em tesouraria:	R$	937.689

- Apuração da transação de capital:	**R$**	**(22.272)**

A Companhia mantém registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de forma reflexa, os montantes de (R$ 7.070) referente ao aumento de sua participação na JBS Paraguay, por meio de sua subsidiária JBS Holding GMBH e o montante de R$ 118.618 referente ao aumento de sua participação na PPC, por meio de sua subsidiária JBS USA. Com a operação, a Companhia, através de sua subsidiária JBS Holding GMBH passou a deter 100% de participação na JBS Paraguay, e através da JBS USA, elevou de 68% para 75,3% sua participação no capital da PPC.

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	**12.300.811**	10.179.034	**59.083.661**	48.578.513
Mercado externo	**5.787.613**	4.341.485	**19.214.001**	15.660.294
	18.088.424	**14.520.519**	**78.297.662**	**64.238.807**
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	**(648.103)**	(605.782)	**(1.341.168)**	(1.230.070)
Impostos sobre as vendas	**(1.034.499)**	(853.884)	**(1.259.784)**	(1.211.976)
	(1.682.602)	**(1.459.666)**	**(2.600.952)**	**(2.442.046)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16.405.822**	**13.060.853**	**75.696.710**	**61.796.761**

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	**(605.918)**	(435.279)	**(626.472)**	(492.372)
Resultado financeiro com derivativos	**188.910**	(101.512)	**530.619**	(138.281)
Juros Passivos	**(1.063.610)**	(1.194.406)	**(1.708.611)**	(1.730.980)
Juros Ativos	**449.901**	343.528	**582.446**	465.154
Impostos, contribuições, tarifas e outros	**(51.973)**	(80.569)	**(116.225)**	(114.249)
	(1.082.690)	**(1.468.238)**	**(1.338.243)**	**(2.010.728)**

24 Outras receitas e despesas

Outras despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no consolidado, no montante de R$ 35.002 referem-se basicamente à:

i) Outras receitas na JBS Argentina no montante de R$ 7.039, referente à venda da unidade localizada em San José na província de Entre Rios, venda de imobilizado e indenizações trabalhistas;

ii) Outras despesas na JBS USA no montante de R$ 23.540, referente a gastos de reorganização e reestruturação;

iii) Outras despesas na JBS Global A/S no montante de R$ 41.792, referente ao reconhecimento dos 50% adicionais da Beef Snacks International (BSI) dado a decisão arbitral que deliberou como resultado final a concessão dos 50% detidos pela Link International Meat Products à JBS Global A/S tornando-se esta detentora de 100% de participação da BSI.

iv) Outras receitas no montante de R$ 23.291 referente, basicamente, resultado na venda de ativos imobilizados e aluguel.

25 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2012	2011
Resultado atribuível aos acionistas	**718.938**	**(75.705)**
Média ponderada de ações do exercício - milhares	**2.962.866**	2.814.458
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	**(62.096)**	(88.480)
Média ponderada de ações em circulação - milhares	**2.900.770**	**2.725.978**
Resultado por lote de mil ações - Básico - R$	**247,84**	**(27,77)**

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras. A transação de receitas diferidas (nota 29) através de análise histórica é esperada para ser liquidada mediante entrega futura, e portanto não é potencialmente diluidora.

26 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Abaixo, segue o detalhamento das operações em que a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

No exercício de 2010, a Companhia incorreu em R$ 37.477 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

b) Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A. ("OPA de Permuta")

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em custos no montante R$ 324 relativo ao processo de aquisição de 117.800.183 ações de sua própria emissão, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos.

c) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Durante o exercício de 2010, a Companhia incorreu em R$ 17.789 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US$ 700.000 e US$ 200.000 realizados em julho e setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 12.331 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R$ 13.699 relativos aos custos de transação no processo de alteração de determinadas disposições das Notas 2016 da JBS S.A. e Notas 2016 da incorporada Bertin, através do consentimento dos titulares de tais Notas. A contabilização destes custos está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 11.629 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

d) Outras Captações

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R$ 444 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Nota de crédito á exportação (NCE) no montante de R$ 185.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 315 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R$ 6.000 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Conta garantida de capital de giro no montante de R$ 1.000.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 5.311 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em agosto de 2012, a Companhia incorreu em R$ 1.136 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Pré-Pagamento de exportação (PPE) no montante de R$ 151.065, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 699 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em setembro de 2012, a Companhia incorreu em R$ 5.483 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Nota de crédito á exportação (NCE) no montante de R$ 215.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2012, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R$ 5.194 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

27 Benefícios a empregados

Planos JBS USA

A JBS USA patrocina planos qualificados de aposentadoria ("plano 401(k)"), cobrindo os empregados da JBS USA, excluindo os empregados da PPC e Bertin USA. Em 1 de janeiro de 2010, os funcionários da JBS Five Rivers se uniram ao plano não sindicalizado e os saldos de cada participante foram transferidos do plano antigo para o plano atual da JBS USA. A JBS USA fez a fusão do plano 401(k) com o plano ("401 (k) Saving Plan"), com a finalidade de aumentar a eficiência administrativa e reduzir custos. Nos termos do plano 401(k), os empregados elegíveis poderiam optar por reduzir sua contribuição atual até o menor de 75% da sua remuneração anual ou o limite anual fixado estatutariamente, e ter o valor dessa redução como parte de contribuição para o plano 401 (k). O plano 401 (k) permite uma contribuição adicional pela JBS USA, baseado em termos específicos do plano. O administrador do plano, sob a direção de cada participante, investe os ativos do plano em opções de investimento ditada pelos participantes. O plano está qualificado pela seção 401 do código interno de receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Code). As despesas da JBS USA relacionadas com o plano 401 (k) totalizaram aproximadamente US$ 5,9 milhões (R$ 9.882) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aproximadamente US$ 6,1 milhões (R$ 11.923) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano de pensão multi-empregador. A JBS USA contribui para este plano, e as despesas que foram incluídas no custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado consolidado foram de US$ 417 mil (R$ 698) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US$ 411 mil (R$ 803) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A JBS USA também fez contribuições, totalizando US$ 64 mil (R$ 107) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US$ 68 mil (R$ 133) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a um plano de pensão multi-empregador relacionado com ex-funcionários na antiga fábrica de Nampa, Idaho.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano executivo complementar de aposentadoria. A despesa reconhecida pela JBS USA para este plano, que está incluída nas vendas, despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado consolidado foi de US$ 2,6 milhões (R$ 4.355) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA reconheceu receita de US$ 1,2 milhões (R$ 2.346) para este plano, que está incluída nas vendas, despesas gerais e administrativas na demonstração das operações consolidadas.

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de Superannuation. Essa contribuição se aproxima de 9% da remuneração do empregado, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que essa contribuição é feita diretamente para o fundo de Superannuation, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas referentes às contribuições para este fundo totalizavam US$ 32,3 milhões (R$ 54.102) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US$ 33,6 milhões (R$ 65.674) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Planos Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida, plano de economia com contribuição definida e plano de pensão definido. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas da PPC foram de US$ 7,8 milhões (R$ 13.065) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US$ 8,4 milhões (R$ 16.419) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados (“Plano Union”),
- PPC plano de aposentadoria para funcionários sindicalizados El Dorado (“Plano El Dorado”), e
- PPC plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist (“Plano GK Pension”).

O plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano El Dorado foi desmembrado do Plano da União em 1 de janeiro de 2008 e abrange certos locais elegíveis ou grupos na PPC, este Plano foi iniciado em 2010. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanentemente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

Planos de aposentadoria de benefício definido não-qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional (Plano “SERP”), e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria (“Plano Directors Emeriti”).

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano de SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti” prevê benefícios a ex-diretores da empresa Gold Kist.

Planos de beneficio definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida (“Insurance Plan”).

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Plano de Insurance, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados terão todos 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminará então.

Planos de beneficio definido, obrigações e ativos

Os quadros a seguir fornecem reconciliações das mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados e valor justo dos ativos, bem como declarações da situação dos fundos, o relatório do balanço e premissas econômicas para esses planos:

	31.12.12		31.12.11	
Mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados	**Pensão**	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Benefício projetado, início do exercício	**343.167**	**4.007**	**291.974**	**3.990**
Custo de serviço	104	-	325	-
Juros	16.904	196	15.406	210
Perdas e (ganhos) atuariais	50.826	325	22.645	(319)
Benefícios pagos	(13.675)	-	(15.344)	(203)
Cortes e Liquidações	-	(578)	-	-
Benefício projetado, fim do exercício	**397.326**	**3.950**	**315.006**	**3.678**

	31.12.12		31.12.11	
Mudanças de ativos do plano	**Pensão**	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Valor justo de ativo dos planos, início do exercício	**165.918**	**-**	**159.186**	**-**
Rendimento nos planos ativos	16.375	-	(6.091)	-
Contribuições de empregados	19.963	578	14.551	203
Benefícios pagos	(13.675)	-	(15.344)	(203)
Cortes e Liquidações	-	(578)	-	-
Valor justo de ativo dos planos, fim do exercício	**188.581**	**-**	**152.302**	**-**

	31.12.12		31.12.11	
Financiamento	**Pensão**	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Obrigação de benefícios sem financiamento, fim do exercício	**(208.746)**	**(3.950)**	**(162.703)**	**(3.678)**

	31.12.12		31.12.11	
Valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais	**Pensão**	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Custo de benefício provisionado, curto prazo	**(13.602)**	**(323)**	(20.621)	(311)
Custo de benefício provisionado, longo prazo	**(195.144)**	**(3.627)**	(142.082)	(3.367)
Valor líquido reconhecido	**(208.746)**	**(3.950)**	**(162.703)**	**(3.678)**

A obrigação acumulada de benefícios para todos os planos de benefícios definidos era US$ 167,9 milhões (R$ 315.000) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e é de US$ 194,4 milhões (R$ 397.000) para 31 de dezembro de 2012 . Cada um dos planos de benefícios definidos pela PPC tinha a obrigação acumulada de benefícios em excesso comparados aos planos ativos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

O quadro seguinte apresenta os componentes do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.12.12		31.12.11	
Custo líquido do benefício periódico	**Pensão**	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Custo de serviço	**104**	**-**	325	-
Juros	**16.904**	**196**	15.406	210
Retorno estimado nos ativos dos planos	**(11.989)**	**-**	(11.587)	-
Perda de corte	**-**	**-**	30	-
Ganho de liquidação	**-**	**(14)**	-	-
Ganho líquido em amortização	**390**	**(4)**	-	-
Custo líquido do benefício periódico	**5.409**	**178**	**4.174**	**210**

O quadro seguinte apresenta a média ponderada das premissas utilizadas na determinação da pensão e obrigações de outros planos pós-aposentadoria:

	31.12.12		31.12.11	
	Pensão	**Outros benefícios**	**Pensão**	**Outros benefícios**
Obrigações dos planos de benefícios				
Taxa de desconto	**4,22%**	**4,22%**	5,09%	5,09%
Taxa de crescimento salarial	**NA**	**NA**	3,00%	NA
Custos líquidos do plano de pensão e pós-aposentadoria				
Taxa de desconto	**5,09%**	**5,09%**	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	**3,00%**	**NA**	3,00%	NA
Retorno esperado dos ativos do plano	**7,50%**	**NA**	7,75%	NA

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano foi determinada com base no ambiente atual de taxa de juros e prêmios de mercado históricos relativos às taxas de rendimento fixo de ações e outras classes de ativos. A PPC também leva em consideração as alocações antecipadas de ativos, estratégias de investimento e os pontos de vista de vários profissionais de investimento ao desenvolver esta taxa.

O quadro a seguir apresenta a alocação atual dos ativos do plano de pensão:

	31.12.12	31.12.11
Títulos de capital	**71%**	71%
Títulos de dívida	**29%**	29%
Total de ativos	**100%**	**100%**

Na ausência de limitações regulatórias ou legais, a alocação de ativos de destino para o investimento dos ativos para os seus planos de pensões em curso é de 30% em títulos de dívida e 70% em títulos de capital. Os planos apenas investem em dívida e instrumentos de capital próprio para o qual existe um mercado pronto público. PPC desenvolve a sua taxa esperada de longo prazo através dos pressupostos de retorno com base nas taxas de retorno históricas de capital e de dívida dos investimentos da PPC.

O cálculo do valor justo dos ativos do plano foi classificado no nível 2 de hierarquia de valor justo:

	31.12.12	31.12.11
Títulos de capital	**133.124**	107.849
Títulos de dívida	**55.457**	44.453
Total de ativos	**188.581**	**152.302**

A avaliação dos ativos do plano no Nível 2 é determinada utilizando uma abordagem de mercado com base em preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou outros insumos que são observáveis substancialmente para a integralidade do instrumento financeiro. Os títulos de Nível 2 incluem, principalmente, capital e valores mobiliários de fundos de renda fixa.

Pagamentos de benefícios

O quadro a seguir apresenta os benefícios a partir de 31 de dezembro de 2012 com pagamento previsto anualmente para os próximos cinco anos, em conjunto com os cinco anos após a aposentadoria, e outros planos de pensão da PPC. Como os planos de pensão são os principais planos de financiamento, os benefícios esperados com relação a esses planos virão principalmente das relações de confiança estabelecidos para esses planos.

	Pensão	Outros benefícios
2013	**24.604**	**323**
2014	**24.060**	**327**
2015	**23.106**	**329**
2016	**23.237**	**331**
2017	**23.100**	**331**
Posterior	**109.350**	**1.559**
Total	**227.457**	**3.200**

A PPC irá antecipar, durante o exercício de 2013, a contribuição de US$ 6,7 milhões (R$ 13.691) ao seu plano de pensão e US$ 200 mil (R$ 409) ao seu plano de pós-aposentadoria.

Benefícios não reconhecidos em resultados acumulados abrangentes

Os valores em resultados acumulados abrangentes como prejuízo ou (lucro), que não foram reconhecidos são apresentados a seguir:

	2012		2011	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Ganhos e perdas atuariais, início do exercício	**44.140**	**(341)**	(559)	6
Amortização	**(390)**	**4**	-	-
Ajustes cortes e liquidações	**-**	**14**	-	-
Ganhos e perdas atuariais	**50.824**	**325**	22.645	(319)
Ganhos e perdas em ativos	**(4.385)**	**-**	17.678	-
Outros	**-**	**-**	754	-
Ganhos e perdas atuariais, fim do exercício	**90.189**	**2**	**40.518**	**(313)**

Plano de contribuição definida

A PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

• PPC plano de aposentadoria (Plano “RS”), Seção 401(k) e
• To-Ricos plano de aposentadoria (“To-Ricos Plan”), Seção 1165 (e).

A PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

No âmbito do "Plano RS", os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração. A PPC corresponde em até 30,0% dos primeiros 2,14% a 6,0% do salário, com níveis de compensação de até US$ 245 mil. As despesas da PPC relacionadas às contribuições para o PPC plano de aposentadoria (Plano "RS") totalizaram US$ 5,5 milhões (R$ 9.212) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US$ 5,7 milhões (R$ 11.141) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O Plano de To-Ricos é mantido por alguns funcionários porto-riquenhos elegíveis. No âmbito do Plano To-Ricos, os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração e há várias disposições correspondentes para a Empresa.

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantém uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

De acordo com a nova norma IAS 19 - "Benefícios a Empregados" (item ii), conforme descrito na nota explicativa 3 - item af), a partir de 1 de janeiro de 2013, os ganhos e perdas que até 31 de dezembro de 2012 não eram registrados contabilmente, passam a ser contabilizados como outros resultados abrangentes.

Planos Bertin USA

A Bertin USA patrocina um plano de pensão definido e planos de aposentadoria ("plano 401(k)"), abrangendo os empregados sindicalizados da JBS USA. A plano 401 (k) da Bertin, prevê contribuições adicionais pelo Bertin USA com base em condições específicas contidas no Plano Bertin 401 (k). O administrador do Plano Bertin 401 (k), sob a direção de cada participante, investe os ativos dos Plano Bertin 401 (k) em investimentos designados pelos participantes. As despesas da Bertin USA no Plano Bertin 401 (k) totalizaram aproximadamente US$ 236 mil (R$ 395) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de aproximadamente US$ 118 mil (R$ 231) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Bertin USA tem um benefício definido e um plano de previdência complementar que abrange aposentados com certas idades e requerimentos de função. Os planos de benefícios são baseadas principalmente em anos de serviço e remuneração do empregado. A política do fundo é atender as necessidades de financiamento ERISA e acumular ativos do plano, que irá, ao longo do tempo, aproximar o valor presente dos benefícios projetados a pagar. Os ativos do plano são investidos apenas em um contrato de anuidades grupo. O benefício definido e planos de benefícios suplementares foram congeladas em 31 de dezembro de 1995.

A Bertin USA também fornece assistência médica e benefícios de seguro de vida para alguns empregados aposentados e desligados com base em obrigações contratuais incorridos pelos proprietários anteriores da JBS USA Trading, Inc. ("JBS USA Trading"), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., comercialmente reconhecida como The Thurlow Tupman Co., Inc. Bertin USA elegeu o reconhecimento imediato da obrigação de benefícios sem financiamento acumulada correspondente em conjunto com a compra das ações ordinárias da JBS USA Trading. Os pagamentos pós-aposentadoria são financiados em parcelas mensais. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o custo do serviço, custo dos juros, o retorno esperado dos ativos do plano e do custo de benefício líquido periódico eram imateriais.

28 Receita Diferida

Em 22 de outubro de 2008, a JBS USA recebeu um adiantamento de cliente no montante de US$ 175 milhões para garantir um direito exclusivo de recolher um subproduto de todas as fábricas da JBS USA. Este acordo foi formalizado em 27 fevereiro de 2008 conforme o Contrato de Fornecimento de Matéria-Prima ("Supply Agreement") e vence em 30 de dezembro de 2016. O adiantamento do cliente foi registrado como receita diferida na JBS USA e consta sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis consolidadas. Como o sub-produto é entregue ao cliente durante o prazo do contrato, a receita diferida é reconhecida como receita de vendas conforme ocorre o faturamento.

Para proporcionar segurança ao cliente, caso a JBS USA não honre seu compromisso, o contrato prevê pagamento de juros Libor 3 meses + 2%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2012 foi de 2,3%. No caso de descumprimento do contrato, o contrato de fornecimento prevê a conversão da dívida em ações ordinárias da JBS USA baseado em uma fórmula estipulada no Acordo de Fornecimento. Apenas com a finalidade de prover informações adicionais, caso a JBS USA Holdings não tivesse cumprido o contrato de fornecimento em 31 de dezembro de 2012, o direito de conversões seria de 2,96% das ações, ou seja, 2,96 ações.

O contrato de fornecimento contém covenants afirmativos e negativos, que exige que a empresa, dentre outras coisas: mantenha a quota de mercado definido; mantenha certos níveis líquidos de tangíveis, e respeite em todos os aspectos relevantes o contrato de fornecimento. A JBS USA estava em conformidade com todas as cláusulas em 31 de dezembro de 2012. Durante o segundo trimestre de 2012, o cliente deixou de tomar produto da JBS USA e, uma vez que o Contrato de Fornecimento não prevê uma forma alternativa de cálculo do reembolso do saldo não amortizado, a JBS USA continua a acumular juros sobre o saldo não amortizado. A JBS USA está em discussões com o cliente, no entanto nenhum acordo foi firmado. Em 31 de dezembro de 2012, a JBS USA tinha juros acumulados de US$ 1,7 milhões (R$ 3.474). O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2012 foi de aproximadamente US$ 107,5 milhões (R$ 201.649) e US$ 100,8 milhões (R$ 205.985), respectivamente e Outras Receitas Diferidas em 31 de dezembro de 2011 e 2012 eram de US$ 3,4 milhões (R$ 6.378) e US$ 2,3 milhões (R$ 4.700), respectivamente.

29 Segmentos operacionais

De acordo com IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a Administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália) e América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

O segmento de carne bovina explora o segmento de abate e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com quarenta e três unidades industriais localizadas no Brasil, Estados Unidos da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América, México e Brasil, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes “in natura” possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como “Outros”. Adicionalmente, todas as operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2012	2011
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	**48.668.366**	39.681.864
Carne Suína	**6.843.216**	5.816.502
Carne de Frango	**16.562.406**	12.566.167
Outros	**3.622.722**	3.732.228
Total	**75.696.710**	**61.796.761**

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2012	2011
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	**624.427**	579.415
Carne Suína	**66.804**	51.921
Carne de Frango	**760.945**	513.188
Outros	**161.534**	146.887
Total	**1.613.710**	**1.291.411**

Total de ativos por segmento:

	31.12.12	31.12.11
Total de ativos		
Carne Bovina	**34.547.272**	32.394.892
Carne Suína	**1.245.125**	1.169.460
Carne de Frango	**8.079.176**	6.987.619
Outros	**5.884.620**	6.858.913
Total	**49.756.193**	**47.410.884**

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2012	2011
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**55.917.924**	45.268.985
América do Sul	**18.013.093**	14.926.617
Outros	**1.765.693**	1.601.159
Total	**75.696.710**	**61.796.761**

Depreciação apresentada por área geográfica:

	2012	2011
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**1.107.889**	800.411
América do Sul	**497.723**	484.513
Outros	**8.098**	6.487
Total	**1.613.710**	**1.291.411**

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.12	31.12.11
Total de ativos		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**16.195.669**	14.684.699
América do Sul	**31.733.779**	31.138.791
Outros	**1.826.745**	1.587.394
Total	**49.756.193**	**47.410.884**

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. O quadro abaixo detalha as despesas por natureza:

Classificação por natureza	2012	2011
Depreciação e amortização	**(1.613.710)**	(1.291.411)
Despesas com pessoal	**(7.839.962)**	(6.801.895)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(63.366.843)**	(51.285.660)
Impostos, taxas e contribuições	**(3.033.761)**	(2.929.792)
Remuneração de capitais de terceiros	**(3.211.061)**	(4.789.062)
Outras receitas e despesas	**4.750.077**	5.070.951
	(74.315.260)	**(62.026.869)**

Classificação por função	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	**(67.006.886)**	(55.100.207)
Despesas com vendas	**(3.877.714)**	(3.144.069)
Despesas gerais e administrativas	**(2.057.415)**	(1.739.198)
Resultado financeiro líquido	**(1.338.243)**	(2.010.728)
Outras receitas e despesas operacionais	**(35.002)**	(32.667)
	(74.315.260)	**(62.026.869)**

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012 o limite máximo individual de cobertura era R$ 200.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2012 de US$ 32 milhões (equivalente a R$ 65.392).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2012 de US$ 200 milhões (equivalente a R$ 408.700).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos definida pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação do Comitê de Gestão de Riscos que, ao aprová-las, supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

a) Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e aplicando a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco especifico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

a.1) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

O risco de exposição a taxas de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
NCE / Compror / Outros	**4.272.358**	4.067.586	**4.272.358**	4.074.507
CDB-DI	**(2.295.275)**	(2.035.784)	**(2.429.706)**	(2.262.399)
Fundos de investimentos, LCA-DI e Títulos Públicos	**(255.549)**	(93.604)	**(1.004.151)**	(777.876)
Total	**1.721.534**	**1.938.198**	**838.501**	**1.034.232**
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	**-**	-	**43.248**	30.376
Capital de giro - Dólares Americanos	**-**	-	**120.260**	165.649
Pré-pagamento	**1.345.644**	1.719.774	**1.407.150**	1.731.125
Outros	**-**	10.859	**295.167**	359.463
Total	**1.345.644**	**1.730.633**	**1.865.825**	**2.286.613**
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME / FINEM	**235.436**	213.707	**239.082**	214.175
BNDES Automático	**38.532**	187.211	**38.532**	187.211
EXIM - fomento à exportação	**87.012**	309.259	**87.012**	309.259
CDC	**13.750**	-	**13.750**	-
Total	**374.730**	**710.177**	**378.376**	**710.645**

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia estão expostas a variações de taxas de juros pré e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP, CDI. Libor e Euribor. A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxa de juros a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2012, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

		Efeito no resultado - Controladora		
Exposição	**Risco**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Deterioração de 25%**	**Cenário (III) Deterioração de 50%**
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(278)	(29.696)	(59.393)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(0)	(2.838)	(5.675)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	(3)	(5.153)	(10.305)
		(281)	**(37.687)**	**(75.373)**

		Efeito no resultado - Consolidado		
Exposição	**Risco**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Deterioração de 25%**	**Cenário (III) Deterioração de 50%**
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(135)	(14.464)	(28.928)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(1)	(3.935)	(7.869)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	(3)	(5.203)	(10.405)
		(139)	**(23.601)**	**(47.203)**

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa CDI	Aumento da taxa	6,90000%	6,91612%	8,62500%	10,35000%
Taxa Libor / Euribor	Aumento da taxa	0,84350%	0,84353%	1,05438%	1,26525%
Taxa TJLP	Aumento da taxa	5,50000%	5,50075%	6,87500%	8,25000%

a.2) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps); visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US$), Dólar Australiano (AUD), Euro (€) e Libra Esterlina (£).

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia expostos a riscos de variação cambial na Controladora, uma vez que as empresas controladas possuem exposições à variação cambial em montantes não relevantes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora	
EXPOSIÇÃO em US$ - apresentado em milhares de reais	**31.12.12**	**31.12.11**
OPERACIONAL		
Caixa e equivalentes - US$	**1.264.644**	932.153
Contas a receber - US$	**1.607.515**	769.262
Estoques - US$	**56.763**	74.003
Pedidos de venda - US$	**681.245**	417.334
Fornecedores - US$	**(85.906)**	(37.290)
Importações a pagar - US$	**-**	(14.307)
Subtotal	**3.524.261**	**2.141.155**
FINANCEIRO		
Empréstimos e financiamentos - US$	**(7.482.846)**	(6.855.440)
Subtotal	**(7.482.846)**	**(6.855.440)**
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - US$	**(16.348)**	2.115.037
NDF's (Non deliverable forwards)	**-**	-
Swap (Ativo em US$)	**97.872**	177.079
Subtotal	**81.524**	**2.292.116**
TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM US$	**(3.877.061)**	**(2.422.169)**

	Controladora	
EXPOSIÇÃO em € (EURO) - apresentado em milhares de reais	**31.12.12**	**31.12.11**
OPERACIONAL		
Contas a receber - €	**97.233**	193.624
Pedidos de venda - €	**99.454**	29.087
Subtotal	**196.687**	**222.711**
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - €	**(144.894)**	(107.316)
Subtotal	**(144.894)**	**(107.316)**
**TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM € **	**51.793**	**115.395**

	Controladora	
EXPOSIÇÃO em £ (Libras Esterlinas) - apresentado em milhares de reais	**31.12.12**	**31.12.11**
OPERACIONAL		
Contas a receber - £	**30.157**	67.437
Pedidos de venda - £	**28.732**	15.289
Subtotal	**58.889**	**82.726**
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - £	**(65.897)**	(41.517)
Subtotal	**(65.897)**	**(41.517)**
TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM £	**(7.008)**	**41.209**

a.2.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de futuro de moeda estrangeira da Companhia

Em US$

31 de dezembro de 2012

Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	**Instrumento**	**Natureza**	**Quantidade**	**Nocional**	**Valor de mercado**
Dólar	Futuro	Venda	(160)	(16.348)	2.526
				(16.348)	**2.526**

31 de dezembro de 2011

Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	**Instrumento**	**Natureza**	**Quantidade**	**Nocional**	**Valor de mercado**
Dólar	Futuro	Compra	22.500	2.115.037	(9.399)
				2.115.037	**(9.399)**

Em € (EURO)

31 de dezembro de 2012

Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	**Instrumento**	**Natureza**	**Quantidade**	**Nocional**	**Valor de mercado**
Euro	Futuro	Venda	(1.065)	(144.894)	402
				(144.894)	**402**

31 de dezembro de 2011

Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
US$/Euro	Futuro	Venda	(352)	(107.316)	284
				(107.316)	**284**

Em £ (Libras Esterlinas)

31 de dezembro de 2012

Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Libra Esterlina	Futuro	Venda	(565)	(65.897)	(110)
				(65.897)	**(110)**

31 de dezembro de 2011

Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
USD/Libra	Futuro	Venda	(229)	(41.517)	(96)
				(41.517)	**(96)**

a.2.2) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Citibank.

Swap (Ativo em US$)

Data início Swap	Nocional - US$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R$	Valor justo (Ponta passiva) - R$	Posição de Swap em 31.12.12
04/02/2011	97.872	04/02/2015	89.353	92.083	(2.730)
	97.872			**Total**	**(2.730)**

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2012, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 95% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (US$)		**Efeito no resultado - Controladora**		
Exposição	**Risco**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Depreciação do R$ em 25%**	**Cenário (III) Depreciação do R$ em 50%**
Financeira	Depreciação do R$	(153.076)	(1.870.712)	(3.741.423)
Operacional	Apreciação do R$	72.096	881.065	1.762.131
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R$	1.668	20.381	40.762
		(79.313)	**(969.265)**	**(1.938.531)**

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa do dólar	Depreciação do R$	2,0435	2,0640	2,5544	3,0653

O risco da exposição operacional em US$ é da apreciação do Real, entretanto, pelo risco da Companhia ser a Depreciação do Real, calculamos em todos os casos o aumento do dólar em 25% e 50%.

Risco de câmbio (€ - EURO)		**Efeito no resultado - Controladora**		
Exposição	**Risco**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Apreciação do R$ em 25%**	**Cenário (III) Apreciação do R$ em 50%**
Operacional	Apreciação do R$	6.103	(132.538)	(265.075)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R$	(4.496)	97.637	195.274
		1.607	**(34.901)**	**(69.802)**

Premissas	**Risco**	**Cenário atual**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Deterioração de 25%**	**Cenário (III) Deterioração de 50%**
Taxa do euro	Apreciação do R$	2,6954	2,7264	2,0216	1,3477

Risco de câmbio (£ - Libras Esterlinas)		**Efeito no resultado - Controladora**		
Exposição	**Risco**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Apreciação do R$ em 25%**	**Cenário (III) Apreciação do R$ em 50%**
Operacional	Apreciação do R$	2.129	(48.629)	(97.258)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R$	(2.382)	54.416	108.832
		(253)	**5.787**	**11.574**

Premissas	**Risco**	**Cenário atual**	**Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia**	**Cenário (II) Deterioração de 25%**	**Cenário (III) Deterioração de 50%**
Taxa da libra	Apreciação do R$	3,3031	3,3392	2,4773	1,6516

O risco da exposição operacional em Euro e Libra Esterlina é da depreciação do Real, dessa forma, calculamos em todos os casos a redução do Euro e Libra Esterlina em 25% e 50%.

a.3) Risco de preços de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, lácteos, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos e as limitações de alçada, o Comitê supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, garantindo preço e volume mínimo de insumo comprado para um horizonte de planejamento pré-definido pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, bem como para mitigar os riscos de oscilações de preços sobre estoques e vendas contratadas, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

a.3.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities

As posições de derivativos de commodities são como segue:

	Consolidado	
EXPOSIÇÃO	**31.12.12**	**31.12.11**
Operacional	**(2.043.500)**	(1.875.800)
Contratos firmes - R$	**31.186**	3.821.547
TOTAL	**(2.012.314)**	**1.945.747**

Risco de commodities

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Operacional	Apreciação dos preços das commodities	(32.492)	(510.875)	(1.021.750)
Derivativos de proteção	Depreciação dos preços das commodities	496	7.797	15.593
		(31.996)	**(503.078)**	**(1.006.157)**

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Preço das commodities	Aumento de preços	-	1,59%	25,00%	50,00%

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
Triple A	2,00%	5 anos
Double A	1,00%	3 anos
Single A	0,50%	2 anos
Triple B	0,25%	1 ano

Observações:

- Em caso ratings diferentes para a mesma instituição financeira, deve-se adotar o mais conservador;
- Os bancos coligados devem ser consolidados em suas matrizes;
- Instituições financeiras sem rating não são elegíveis;
- Na falta de rating na escala nacional, utilizar o rating em escala global;
- Caso a Companhia possua dívidas e aplicações com determinada contraparte, deve-se enquadrar o valor líquido das operações;
- Exceções podem ocorrer desde que previamente aprovadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

Além de títulos privados, a Companhia também pode aplicar recursos em títulos públicos federais: LFT, LTN, NTN-F e NTN-B. Para esses casos não há limites pré-estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.594.984**	3.612.867	**5.413.087**	5.288.194
Contas a receber de clientes	5	**2.753.737**	1.883.093	**5.688.648**	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	**808.062**	88.505	**548.909**	552.197
Derivativos		**25.281**	-	**26.154**	-
		7.182.064	**5.584.465**	**11.676.798**	**10.520.237**

Perda por redução do valor recuperável do contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Duplicatas a vencer	**2.529.365**	**1.729.425**	**4.970.194**	**3.939.255**
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	**191.144**	120.142	**584.276**	569.126
De 31 a 60 dias	**17.060**	23.297	**75.746**	91.406
De 61 a 90 dias	**18.380**	20.755	**33.411**	44.389
Acima de 90 dias	**94.721**	102.656	**156.709**	185.589
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	**(96.933)**	(113.182)	**(131.688)**	(149.919)
	224.372	**153.668**	**718.454**	**740.591**
	2.753.737	**1.883.093**	**5.688.648**	**4.679.846**

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Caixa e equivalentes de caixa	**5.413.087**	5.288.194
Empréstimos e financiamentos no CP	**5.948.898**	5.339.433
Indicador de liquidez modificado	**0,91**	0,99
Indicador de alavancagem	**3,4x**	4,0x

Para o cálculo da alavancagem é utilizada a cotação do dólar e do euro do último dia do exercício. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	1.000.273	-	-	-	1.000.273
Empréstimos e financiamentos	5.205.774	1.629.962	3.463.487	1.852.436	12.151.659
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(26.420)	941	198	-	(25.281)
TOTAL	**6.179.627**	**1.630.903**	**3.463.685**	**1.852.436**	**13.126.651**

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	666.375	-	-	-	666.375
Empréstimos e financiamentos	4.574.702	1.883.106	3.503.629	1.708.458	11.669.895
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	16.984	2.045	793	-	19.822
TOTAL	**5.258.061**	**1.885.151**	**3.504.422**	**1.708.458**	**12.356.092**

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.564.270	-	-	-	3.564.270
Empréstimos e financiamentos	5.948.898	4.395.577	3.660.103	6.484.366	20.488.944
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(27.293)	941	198	-	(26.154)
TOTAL	**9.485.875**	**4.396.518**	**3.660.301**	**6.484.366**	**24.027.060**

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.323.886	-	-	-	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	5.339.433	1.949.326	6.689.943	4.893.492	18.872.194
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	18.498	2.045	793	-	21.336
TOTAL	**8.681.817**	**1.951.371**	**6.690.736**	**4.893.492**	**22.217.416**

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

e) Garantias prestadas e garantias recebidas

Garantias prestadas

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 253.740 (R$ 268.331 em 31 de dezembro de 2011). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta, JBS USA, possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 65.586 (R$ 97.283 em 31 de dezembro de 2011). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Outras garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas notas explicativas: 14 - Empréstimos e financiamentos; e 15 - Operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants").

Garantias recebidas

A Companhia e suas controladas não possuem garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

f) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia , conforme quadros abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.594.984**	3.612.867	**5.413.087**	5.288.194
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	5	**2.753.737**	1.883.093	**5.688.648**	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	**808.062**	88.505	**548.909**	552.197
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a receber		**25.281**	-	**26.154**	-
Total		**7.182.064**	**5.584.465**	**11.676.798**	**10.520.237**
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	14/15	**12.151.659**	11.669.895	**20.488.944**	18.872.194
Fornecedores	13	**1.000.273**	666.375	**3.564.270**	3.323.886
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar		**-**	19.822	**-**	21.336
Total		**13.151.932**	**12.356.092**	**24.053.214**	**22.217.416**

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2012		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	1.044.160	-	-
Aplicações financeiras	-	2.550.824	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.608	22.673	-
	Consolidado		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	1.979.230	-	-
Aplicações financeiras	-	3.433.857	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.481	22.673	-

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2011		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	1.483.479	-	-
Aplicações financeiras	-	2.129.388	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	(9.211)	(10.611)	-
	Consolidado		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	2.247.919	-	-
Aplicações financeiras	-	3.040.275	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	(10.725)	(10.611)	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
Controladora	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e bancos	4	**1.044.160**	**1.044.160**	1.483.479	1.483.479
Aplicações financeiras	4	**2.550.824**	**2.550.824**	2.129.388	2.129.388
Contas a receber de clientes	5	**2.753.737**	**2.753.737**	1.883.093	1.883.093
Créditos com empresas ligadas	9	**808.062**	**808.062**	88.505	88.505
Derivativos		**25.281**	**25.281**	-	-
Ativos financeiros totais		**7.182.064**	**7.182.064**	**5.584.465**	**5.584.465**
Fornecedores	13	**1.000.273**	**1.000.273**	666.375	666.375
Empréstimos e financiamentos	14/15	**12.151.659**	**12.151.659**	11.669.895	11.669.895
Derivativos		**-**	**-**	19.822	19.822
Passivos financeiros totais		**13.151.932**	**13.151.932**	**12.356.092**	**12.356.092**
		(5.969.868)	**(5.969.868)**	**(6.771.627)**	**(6.771.627)**

		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
Consolidado	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e bancos	4	**1.979.230**	**1.979.230**	2.247.919	2.247.919
Aplicações financeiras	4	**3.433.857**	**3.433.857**	3.040.275	3.040.275
Contas a receber de clientes	5	**5.688.648**	**5.688.648**	4.679.846	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	9	**548.909**	**548.909**	552.197	552.197
Derivativos		**26.154**	**26.154**	-	-
Ativos financeiros totais		**11.676.798**	**11.676.798**	**10.520.237**	**10.520.237**
Fornecedores	13	**3.564.270**	**3.564.270**	3.323.886	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	14/15	**20.488.944**	**20.488.944**	18.872.194	18.872.194
Derivativos		**-**	**-**	21.336	21.336
Passivos financeiros totais		**24.053.214**	**24.053.214**	**22.217.416**	**22.217.416**
		(12.376.416)	**(12.376.416)**	**(11.697.179)**	**(11.697.179)**

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro acima, incluem os valores de capital de giro em Reais e capital de giro em moeda estrangeira (bonds), conforme demonstrados detalhadamente na nota explicativa nº 14. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Contábeis, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Ganhos (perdas) por categoria de instrumento financeiro				
Valor justo por meio do resultado	**384.835**	101.777	**886.020**	195.676
Empréstimos e recebíveis	**187.071**	132.663	**201.966**	149.136
Passivos pelo custo amortizado	**(1.654.596)**	(1.702.678)	**(2.426.229)**	(2.355.540)
Total	**(1.082.690)**	**(1.468.238)**	**(1.338.243)**	**(2.010.728)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relações com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

Wanderley Higino da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Carlos Alberto Caser

Valere Batista Mendonça Ramos

Vanessa Mendonça Batista

Peter Dvorsak

Guilherme Rodolfo Laager

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria revisaram e manifestaram-se favoravelmente às demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 8 de março de 2013.

Eliseo Santiago Perez Fernandez

Francisco de Assis e Silva

Valdir Aparecido Boni

José Paulo da Silva Filho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2012.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos; c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores. Adicionalmente, obtivemos informação complementar que o lucro líquido do exercício foi integralmente destinado à: constituição da reserva legal; distribuição do dividendo mínimo obrigatório; e à constituição da reserva para expansão, nessa ordem, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, remanescendo saldo zero, tornando desnecessária a apresentação do orçamento de capital para apreciação deste Conselho.

Com base nos nossos exames, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de março de 2013.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Demetrius Nichele Macei

John Shojiro Suzuki

Alexandre Aparecido de Barros

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012;e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 12 de março de 2013.

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

* * * * *

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria ("Comitê") da JBS S.A. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.916.265/0001-60 ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e ao Regimento Interno do Comitê, elaboraram o presente relatório anual relativo ao exercício de 2012.

O Comitê se reuniu 06 (seis) vezes ao longo do ano de 2012, e buscou endereçar cada uma de suas atribuições, através da realização de reuniões com diversas áreas da Companhia.

Foi realizada uma análise sobre a efetividade dos sistemas de controles internos do Grupo JBS, tendo o Comitê concluído que os controles internos da Companhia são adequados ao porte e complexidade do grupo e das atividades por ele realizadas. As recomendações apresentadas à Administração foram devidamente acatadas ou encaminhadas para análise pelos setores competentes.

O Comitê avaliou, ainda, que os Auditores Independentes e a Auditoria Interna realizaram com efetividade suas funções. Por fim, o Comitê avaliou as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas e no cumprimento das Normas, e considerou que estão adequadas e refletem com qualidade as informações da Companhia nelas contidas.

São Paulo, 08 de março de 2013.

Eliseo Santiago Perez Fernandez **Francisco de Assis e Silva**

Valdir Aparecido Boni **José Paulo da Silva Filho**